À DiPLAN
Admito e baixa
as comissões especializadas
permanentes e as Bancadas
para conhecimento e parecer de acordo c/o
seguimento do RPN e do artigo
163º do RPN e artigo 164º do
do

Entrada na Mesa
Data 01/10/2024
Hora 17h00
O Presidente

ANUNCIADO
O Presidente

IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

PPL Nº 12/VI(2ª)

Lei n.º ...../2024

de de

Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025

Exposição de Motivos

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e da alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, o Governo propõe ao Parlamento Nacional a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025.

A presente Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 apresenta todas as receitas e despesas dos órgãos e serviços do Setor Público Administrativo para o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de 2025, sendo composto pelo Orçamento da Administração Central, pelo Orçamento da Segurança Social e pelo Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 prossegue a estratégia de implementação das prioridades previstas no Programa do Governo, sob o lema "*Investimento em infraestruturas estratégicas, reforço da economia e melhoria do bem-estar dos cidadãos*".

A Proposta é formulada com base nos Objetivos Estratégicos do IX Governo Constitucional, com vista a promover o desenvolvimento socioeconómico da Nação através de investimentos direcionados em infraestruturas estratégicas, no fortalecimento económico e em iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos.

A Proposta reflete uma estratégia clara para estimular o crescimento económico sustentável, melhorar a prestação de serviços públicos e garantir que os benefícios do desenvolvimento cheguem a todos os cidadãos timorenses. Para concretizar estes objetivos estratégicos, o Governo identificou três áreas cruciais onde serão realizados investimentos substanciais no domínio das infraestruturas produtivas.

No âmbito das infraestruturas estratégicas, são previstos US$227,3 milhões para construção, expansão, reabilitação e manutenção das principais redes rodoviárias e pontes, bem como para proteção contra os impactos das catástrofes naturais, em

particular das inundações, fortalecendo a conectividade e impulsionando o crescimento económico em todo o país, e protegendo as comunidades dos efeitos das alterações climáticas.

A proposta de orçamento prevê também dotações para os projetos de reabilitação do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, em Díli, e de conclusão do cabo submarino de fibra ótica que ligará Timor-Leste à Austrália e reabilitação da rede de fibra ótica interna, que irá permitir, a partir de 2025, o fornecimento de internet de alta velocidade a todo o país.

Finalmente, será feito um investimento avultado na expansão da rede elétrica nacional, com especial incidência nas zonas rurais e remotas, e será aumentado o montante da subvenção à empresa pública de eletricidade EDTL, E.P., para garantindo a estabilidade e o aumento do fornecimento contínuo de eletricidade em todo o país.

No âmbito do fortalecimento económico, a proposta de lei aloca cerca de US$40 milhões para o programa de Gestão de Petróleo e Recursos Minerais, para melhoria do acesso às zonas industriais e de extração de recursos minerais da costa sul.

Além disso, a dotação irá também contribuir para o desenvolvimento da Base de Abastecimento de Suai, um projeto crucial concebido para reforçar a logística e a capacidade de armazenamento de produtos petrolíferos de Timor-Leste.

Finalmente, será construído um Laboratório de Desenvolvimento de Geociências, que desempenhará um papel vital no avanço da pesquisa e na promoção da gestão sustentável de recursos.

Alocação semelhante será feita para o setor da agricultura, pesca, pecuária e silvicultura, abrangendo várias iniciativas fundamentais concebidas para aumentar a produtividade, a sustentabilidade e o acesso aos mercados para os agricultores e produtores destes setores, nomeadamente o desenvolvimento de infraestruturas, como sistemas de irrigação e acesso rodoviário a áreas agrícolas remotas, bem como programas avançados de pesquisa e desenvolvimento focados na melhoria da produtividade das culturas, da saúde do gado e das práticas de pesca sustentáveis.

A proposta de lei reforça ainda o desenvolvimento do capital humano como força motriz por detrás do crescimento económico e da melhoria da prestação de serviços públicos, com uma alocação de US$17,2 milhões para formação vocacional/profissional, formação técnica para o Setor Público e atribuição de bolsas de estudo.

No âmbito da melhoria do bem-estar dos cidadãos, a proposta de lei prevê uma série de iniciativas inclusivas e transformadoras de reforço dos sistemas de proteção social, dos serviços de saúde, da educação e dos serviços públicos com vista ao empoderamento das comunidades, ao apoio a grupos vulneráveis e ao desenvolvimento do capital humano, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e resiliente.

Estes programas visam não só dar resposta às necessidades sociais imediatas, mas também promover o crescimento inclusivo a longo prazo, garantindo que ninguém fica para trás.

A proposta de lei aloca uma parte significativa da despesa, em torno de US$406 milhões, para apoiar a sociedade civil, a saúde e os serviços sociais.

Destes, US$145,8 milhões são alocados à educação, o que inclui construção e renovação de edifícios educativos, formação de professores e o fortalecimento do Sistema de Informação de Gestão da Educação para otimizar o uso de dados no planeamento educacional.

Na área da saúde são investidos US$99,2 milhões com foco na melhoria e expansão dos serviços de saúde em todo o país. Isto inclui melhorias no Hospital Nacional Guido Valadares e nos hospitais de referência, bem com a construção e reabilitação de postos de saúde e centros de saúde comunitários.

São também alocados US$14,2 milhões para aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos e suprimentos médicos essenciais, garantindo que as instalações de saúde estejam adequadamente equipadas.

São também financiadas iniciativas para promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, reduzir os riscos para a saúde pública e proteger o ambiente, especialmente em centros urbanos densamente povoados como Díli e os municípios circundantes. Neste sentido, são previstos US$26 milhões para projetos de água, saneamento e higiene em vários municípios, com foco no desenvolvimento e manutenção de infraestruturas, que incluem uma transferência para a empresa pública BTL, E.P.

A proposta de lei promove também o apoio a grupos vulneráveis, incluindo vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência e mulheres. O programa Bolsa da Mãe é reforçado com mais US$7 milhões, e um adicional de US$2,86 milhões é alocado para um subsídio condicional de saúde e nutrição para mulheres grávidas e crianças.

A proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2025 inclui um conjunto de medidas de política orçamental cuidadosamente concebidas para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, ao mesmo tempo que dão resposta às necessidades atuais e imediatas de Timor-Leste, das quais se destacam:

- Uma dotação de US$310,8 milhões para o Fundo das Infraestruturas, um aumento de US$10,8 milhões em relação a 2024, demonstrando o compromisso contínuo do Governo com o desenvolvimento de infraestruturas e as pressões orçamentais associadas.
- Uma dotação de US$190,0 milhões para pagamento a veteranos, um aumento de US$98,0 milhões em relação a 2024, em resultado da atualização do número de veteranos.
- Uma transferência de US$124,1 milhões para o Orçamento da Segurança Social, um aumento de US$37,4 milhões em relação a 2024, refletindo a expansão do sistema de segurança social e do valor da pensão social de velhice e invalidez.
- Uma dotação de US$35,5 milhões para o pagamento de salários de funcionários municipais e suplementos de direção e chefia, representando um aumento de US$11,5 milhões em relação a 2024, que se deve à implementação do Decreto-Lei n.º 84/2023, destacando o empenho do Governo em assegurar uma compensação justa e o reforço de capacidades a nível local.
- Uma dotação de US$18 milhões para liquidar dívidas de anos anteriores da EDTL, E.P., refletindo o compromisso do Governo em estabilizar o setor da energia.
- Uma dotação de US$10 milhões para a liquidação de dívidas hospitalares resultantes de tratamentos no estrangeiro, garantindo que os cidadãos que receberam cuidados médicos no estrangeiro são apoiados financeiramente e que as obrigações pendentes são liquidadas.

- Uma transferência de US$10 milhões para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA), fornecendo apoio crítico para a infraestrutura rodoviária e prestação de serviços de saúde primários.
- Uma dotação de US$5 milhões para a capitalização do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), um passo crucial para reforçar a estabilidade e resiliência do setor financeiro do país.
- Uma dotação de US$5 milhões para o estabelecimento de uma autoridade de gestão de fibra ótica, vital para supervisionar a expansão da infraestrutura digital de Timor-Leste e melhorar a conectividade em todo o país.

No exercício orçamental de 2025, propõe-se, conforme previsto no Lei que criou o regime de Segurança Social, transferir o saldo do orçamento da Segurança Social apurado no exercício orçamental anterior para o Fundo de Reserva da Segurança Social.

A presente proposta inclui um conjunto de isenções fiscais e de taxas de imposto especiais em 2025 em relação ao imposto seletivo de consumo, que se mantêm inalteradas em relação às taxas de imposto estabelecidas pela Lei n.º 21/2023, de 27 de dezembro, Orçamento Geral do Estado para 2024.

Propõe-se autorizar o Governo a contratar ou emitir até US$850 milhões de nova dívida pública. Por outro lado, autoriza-se também a contratação de empréstimos para financiar outras despesas para além de despesas com infraestruturas estratégicas, designadamente, despesas nas áreas da exploração, refinação e transporte de petróleo e gás e investimentos associados, e nas áreas da educação, saúde, formação, agricultura, transportes, turismo e energias renováveis.

O teto para contratação e emissão de nova dívida pública visa permitir o desenvolvimento de infraestruturas na costa sul relacionadas com a exploração de recursos minerais, bem como possíveis projetos relacionados com a segurança e gestão hídrica.

Propõe-se, também, autorizar o Governo a emitir garantias até ao montante de US$80 milhões com vista ao desenvolvimento do projeto de energia solar.

IX GOVERNO CONSTITUCIONAL

Lei n.º_____/2024,

de ____ de _____

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2025

O Orçamento Geral do Estado para 2025 apresenta, nos termos do artigo 145.º da Constituição da República, as receitas e despesas dos serviços e entidades do Setor Público Administrativo para o ano orçamental de 2025.

O Anexo à presente lei apresenta as tabelas orçamentais das receitas e despesas do Setor Público Administrativo.

As receitas do Setor Público Administrativo ascendem a US$2.617.170.234,00, enquanto as despesas do Setor Público Administrativo ascendem a US$2.617.170.234,00.

As receitas do subsetor da Administração Central ascendem a US$2.072.981.000,00 e as despesas ascendem a US$ US$2.072.981.000,00.

As receitas do subsetor da Segurança Social ascendem a US$482.008.234,00 e as despesas ascendem a US$482.008.234,00.

As receitas do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno ascendem a US$62.181.000,00 e as despesas ascendem a US$62.181.000,00.

O Governo apresenta ao Parlamento Nacional, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, a seguinte proposta de lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1.º

Objeto e âmbito

O Orçamento Geral do Estado apresenta as previsões orçamentais dos serviços e entidades do Setor Público Administrativo, sendo composto pelo Orçamento da Administração Central, pelo Orçamento da Segurança Social e pelo Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

CAPÍTULO II

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

Artigo 2.º

Aprovação das tabelas orçamentais

É aprovado o Orçamento Geral do Estado para 2025 constante do anexo à presente lei, dela fazendo parte integrante, com as seguintes tabelas:

a) Tabela I - receita do Setor Público Administrativo, por subsetores;

b) Tabela II - despesa do Setor Público Administrativo, por subsetores;

c) Tabela III - despesa do Setor Público Administrativo, por classificação funcional;

d) Tabela IV - receita do subsetor da Administração Central, por classificação económica;

e) Tabela V - despesa do subsetor da Administração Central, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas;

f) Tabela VI - despesa do subsetor da Administração Central, por classificação económica;

g) Tabela VII - receita do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração;

h) Tabela VIII - despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas;

i) Tabela IX - despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração;

j) Tabela X - receita do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica;

k) Tabela XI - despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas;

l) Tabela XII - despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica.

Artigo 3.º

Impostos, taxas e contribuições

1. No ano de 2025, o Governo, os serviços e entidades da Administração Central e a Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno ficam autorizados a cobrar os impostos e taxas constantes da legislação em vigor.
2. Durante o ano de 2025, o Instituto Nacional de Segurança Social fica autorizado a cobrar as contribuições devidas à Segurança Social constantes da legislação em vigor, bem como a reter na fonte e a entregar à Administração Tributária os impostos devidos relativos às prestações pagas a beneficiários.
3. Ficam isentos do pagamento de impostos, taxas, direitos aduaneiros e demais imposições, bem como de retenção na fonte:
   a) A aquisição, pelo Estado ou por outras pessoas coletivas públicas, de armas e munições para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), as FALINTIL – Forças de Defesa de Timor-Leste e o Serviço Nacional de Inteligência;
   b) Os pagamentos a realizar por conta de despesa relacionada com assistência médica no estrangeiro;
   c) A introdução em território nacional de bens que sejam doados ou utilizados na produção ou construção de bens que sejam doados ao Estado por Estados estrangeiros, por pessoas coletivas públicas de Estados estrangeiros ou por organizações internacionais;
   d) Os rendimentos de agentes de cooperação de Estados estrangeiros, pessoas coletivas públicas de Estados estrangeiros ou organizações internacionais que desenvolvam a sua atividade ao abrigo de acordos celebrados com a República Democrática de Timor-Leste.
4. Em 2025, a taxa de imposto seletivo de consumo aplicável:
   a) Às águas, incluindo as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas e outras bebidas não alcoólicas, exceto sumos (sucos) de fruta ou de produtos hortícolas, da posição 20.09, posição pautal 2202, é de US$3,00 por litro;
   b) À cerveja de malte com teor de álcool inferior a 4,5%, posição pautal 2203.00.10, é de US$2,70 por litro;
   c) À cerveja de malte com outros teores de álcool, posição pautal 2203.00.20, é de US$4,50 por litro;
   d) Ao vinho, vermute e outras bebidas fermentadas, posições pautais 2204, 2205 e 2206, é de US$4,50 por litro;
   e) Ao tabaco, posições pautais 2401, 2402 e 2403, é de US$50 por quilograma;

f) Aos automóveis ligeiros de passageiros, posição pautal 8703, é de 10% do valor que exceda US$10.000,00, 20% do valor que exceda US$25.000,00 e 30% do valor que exceda US$50.000,00;

g) A pistolas de êmbolo cativo para abater animais, posição pautal 9303.90.00, é de 10% do valor.

5. No ano de 2025, a taxa contributiva para a Segurança Social é de 10%, distribuída da seguinte forma:

   a) 6 % da responsabilidade da entidade empregadora;

   b) 4 % da responsabilidade do trabalhador.

6. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as entidades empregadoras do setor privado podem beneficiar, nos termos legais, de reduções e dispensas na parcela da taxa contributiva a seu cargo, por períodos transitórios, visando apoiar e incentivar a adesão ao Regime Contributivo de Segurança Social.

Artigo 4.º

Transferências do Fundo Petrolífero

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Leis n.ºs 12/2011, de 28 de setembro, e 2/2022, de 10 de fevereiro, o valor autorizado pelo Parlamento Nacional das transferências do Fundo Petrolífero para 2025 não excede o montante de US$1.561.073.539,00, sendo a transferência de US$551.949.714,00, correspondente ao Rendimento Sustentável Estimado, efetuada após o cumprimento do disposto no artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero e qualquer transferência que exceda o Rendimento Sustentável Estimado, até ao montante de US$1.009.123.825,00, efetuada nos termos do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero.

2. As transferências acima do montante correspondente ao Rendimento Sustentável Estimado são realizadas quando o saldo da conta do Tesouro for inferior a US$200.000.000,00, e são notificadas pelo Governo ao Parlamento Nacional com, pelo menos, 10 dias de antecedência.

Artigo 5.º

Dívida Pública

1. Durante o ano de 2025, o Governo fica autorizado a contratar ou emitir dívida pública no montante máximo de US$850.000.000,00, com o prazo máximo de 40 anos.

2. Em 2025, para além da construção de infraestruturas estratégicas, o Governo fica autorizado a contratar empréstimos nas áreas da exploração, refinação e transporte de

petróleo e gás e investimentos associados, e nas áreas da educação, saúde, formação, agricultura, transportes, turismo e energias renováveis.

Artigo 6.º

Garantias

No ano de 2025, o Governo fica autorizado a conceder garantias pelo Estado até ao montante máximo de US$80.000.000,00.

Artigo 7.º

Transferências entre subsetores

1. É realizada uma transferência do Estado para o Orçamento da Segurança Social no valor de US$124.250.000,00, para financiamento das despesas com os Regimes Não Contributivo e Transitório e com a Administração do Sistema de Segurança Social, inscrita como despesa no Orçamento da Administração Central, na categoria "Transferências Públicas", rubrica "Transferências correntes para o Setor Público Administrativo", do título "Dotação Geral do Estado", "Programa 980: Inclusão Social", e como receita no Orçamento da Segurança Social, na categoria "Transferências", rubrica "Transferências correntes do Setor Público Administrativo", sendo executada de acordo com as várias categorias da classificação económica da despesa do Orçamento da Segurança Social, constantes da Tabela IX do Anexo.
2. É realizada uma transferência do Estado para o Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno no valor de US$10.000.000,00, para financiamento de estradas e pontes, e serviços de saúde primários, inscrita como despesa no Orçamento da Administração Central, na categoria "Transferências Públicas", rubrica "Transferências correntes para o Setor Público Administrativo", do título "Dotação Geral do Estado", "Programa 867: Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial", e como receita no Orçamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, na categoria "Transferências", rubrica "Transferências correntes do Setor Público Administrativo", sendo executada de acordo com as várias categorias da classificação económica da despesa da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, constantes da Tabela XII do Anexo.

CAPÍTULO III

ORÇAMENTO DA SEGURANÇA SOCIAL

Artigo 8.º

Transferência dos saldos da Segurança Social

O saldo do orçamento da Segurança Social apurado no exercício orçamental anterior é transferido para o Fundo de Reserva da Segurança Social.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 9.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2025.

Aprovada em Conselho de Ministros de 30 de setembro de 2024.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

A Ministra das Finanças

Santina J. R. F. Viegas Cardoso

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

Tabelas orçamentais

Tabela I - Receita do Setor Público Administrativo, por subsetores

SUBSETORES	Valor
Administração Central (AC)	
Receitas petrolíferas	*1.561.073.539*
Receitas não petrolíferas	*511.907.461*
TOTAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**2.072.981.000**
Segurança Social (SS)	
Transferência da Administração Central	*124.250.000*
Receitas próprias INSS	*52.065.689*
Receitas próprias FRSS	*305.692.545*
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL (SEM FRSS)	**176.315.689**
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL (COM FRSS)	**482.008.234**
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)	
Transferência da Administração Central	*10.000.000*
Receitas próprias	*52.181.000*
TOTAL RAEOA	**62.181.000**
TOTAL AC + SS (COM FRSS) + RAEOA	**2.617.170.234**
TOTAL AC + SS (COM FRSS) + RAEOA CONSOLIDADO	**2.482.920.234**
TOTAL AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA	**2.311.477.689**
TOTAL AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA CONSOLIDADO	**2.177.227.689**
TOTAL AC + RAEOA CONSOLIDADO (SEM SS)	**2.125.162.000**

Nota: O Total AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA CONSOLIDADO mostra a receita efetiva do OGE, não incluindo:

a) Receitas que consistem em transferências da Administração Central no Orçamento da Segurança Social e no Orçamento da RAEOA, para evitar a sua contagem em duplicado, visto que essas receitas já estão incluídas no total da Administração Central;

b) Receitas de ativos financeiros do FRSS.

Tabela II - Despesa do Setor Público Administrativo, por subsetores

SUBSETORES	Valor
Administração Central (AC)	
Despesa, exceto transferências para a Segurança Social e RAEOA	*1.938.731.000*
Transferência para a Segurança Social	*124.250.000*
Transferência para a RAEOA	*10.000.000*
TOTAL ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	**2.072.981.000**
Segurança Social (SS)	
Despesa INSS financiada por Receitas Próprias	*52.065.689*
Despesa FRSS financiada por Receitas Próprias	*305.692.545*
Despesa financiada por transferência da Administração Central	*124.250.000*
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL (SEM FRSS)	**176.315.689**
TOTAL SEGURANÇA SOCIAL (COM FRSS)	**482.008.234**
Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)	
Despesa financiada por Receitas Próprias	*52.181.000*
Despesa financiada por transferência da Administração Central	*10.000.000*
TOTAL RAEOA	**62.181.000**
TOTAL AC + SS (COM FRSS) + RAEOA	**2.617.170.234**
TOTAL AC + SS (COM FRSS) + RAEOA CONSOLIDADO	**2.482.920.234**
TOTAL AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA	**2.311.477.689**
TOTAL AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA CONSOLIDADO	**2.177.227.689**
TOTAL AC + RAEOA CONSOLIDADO (SEM SS)	**2.125.162.000**

Nota: O Total AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA CONSOLIDADO mostra a despesa efetiva do OGE, não incluindo:

c) Despesas que consistem em transferências da Administração Central para o Orçamento da Segurança Social e o Orçamento da RAEOA, para evitar a sua contagem em duplicado, visto que essas despesas estão incluídas no total da Segurança Social e da RAEOA;

d) Despesa com ativos financeiros do FRSS.

Tabela III - Despesa do Setor Público Administrativo, por classificação funcional

Código	Divisão *Grupo*	Valor
601	**Serviços gerais da administração pública**	**969.999.655**
01	*Órgãos executivos e legislativos, assuntos financeiros e fiscais, assuntos externos*	*435.186.841*
02	*Ajuda económica externa*	*3.613.404*
03	*Serviços gerais*	*504.788.270*
04	*Investigação básica*	-
05	*Serviços públicos gerais de investigação e desenvolvimento*	*11.140*
06	*Serviços públicos gerais não especificados*	-
07	*Operações de dívida pública*	*26.400.000*
08	*Transferências de caráter geral entre diferentes níveis da administração pública*	-
602	**Defesa**	**24.820.899**
01	*Defesa militar*	*18.784.015*
02	*Defesa civil*	*6.036.884*
03	*Ajuda militar ao estrangeiro*	-
04	*Investigação e desenvolvimento em defesa*	-
05	*Serviços de defesa não especificados*	-
603	**Segurança e ordem pública**	**89.980.978**
01	*Segurança pública*	*46.867.162*
02	*Serviços de bombeiros*	*8.239.160*

03	*Tribunais*	*23.811.110*
04	*Prisões*	*50.000*
05	*Investigação e desenvolvimento em segurança e ordem pública*	-
06	*Serviços de segurança e ordem pública não especificados*	*11.013.546*
604	**Assuntos económicos**	**693.907.364**
01	*Assuntos económicos gerais, comerciais e laborais*	*4.828.367*
02	*Agricultura, silvicultura, pesca e caça*	*40.860.438*
03	*Combustíveis e energia*	*266.301.145*
04	*Indústrias extrativas, indústria transformadora e construção*	*38.801.948*
05	*Transportes*	*268.346.596*
06	*Comunicações*	*13.249.923*
07	*Outras atividades*	*6.833.949*
08	*Investigação e desenvolvimento em assuntos económicos*	*6.373.993*
09	*Assuntos económicos não especificados*	*48.311.005*
605	**Proteção do ambiente**	**6.787.441**
01	*Gestão de resíduos*	-
02	*Gestão de águas residuais*	*5.000.000*
03	*Redução da poluição*	-
04	*Proteção da biodiversidade biológica e da paisagem*	-
05	*Investigação e desenvolvimento em proteção do ambiente*	-

06	*Serviços de proteção do ambiente não especificados*	*1.787.441*
606	**Habitação e infraestruturas coletivas**	**68.605.203**
01	*Desenvolvimento habitacional*	*7.781.770*
02	*Desenvolvimento coletivo*	*39.799.849*
03	*Abastecimento de água*	*21.023.584*
04	*Iluminação das vias públicas*	-
05	*Investigação e desenvolvimento em habitação e infraestruturas coletivas*	-
06	*Serviços de habitação e infraestruturas coletivas não especificados*	-
607	**Saúde**	**99.973.149**
01	*Produtos, instrumentos e equipamentos médicos*	*14.182.218*
02	*Serviços de saúde ambulatórios*	*2.051.155*
03	*Serviços dos hospitais*	*9.969.650*
04	*Serviços de saúde pública*	*73.249.081*
05	*Investigação e desenvolvimento em saúde*	*521.045*
06	*Serviços de saúde não especificados*	-
608	**Desporto, recreação, cultura e religião**	**31.046.843**
01	*Serviços recreativos e desportivos*	-
02	*Serviços culturais*	-
03	*Serviços de difusão e publicação*	*106.940*
04	*Serviços religiosos e outros serviços prestados à comunidade*	*21.700.000*

05	*Investigação e desenvolvimento em serviços recreativos, culturais e religiosos*	*9.239.903*
06	*Assuntos e serviços recreativos, culturais e religiosos não especificados*	-
609	**Educação**	**164.341.425**
01	*Ensino primário e pré-primário*	*112.428.379*
02	*Ensino secundário*	*18.259.884*
03	*Ensino pós-secundário não superior*	-
04	*Ensino superior*	*14.259.878*
05	*Ensino não definido por níveis*	*171.440*
06	*Serviços anexos à educação*	-
07	*Investigação e desenvolvimento em educação*	*117.922*
08	*Serviços de educação não especificados*	*19.103.922*
610	**Proteção social**	**467.707.277**
01	*Doença, incapacidade e deficiência*	*812.314*
02	*Velhice*	*223.365.120*
03	*Morte e Sobrevivência*	*203.666.924*
04	*Família e infância*	-
05	*Desemprego*	-
06	*Habitação*	*2.614.699*
07	*Pobreza e exclusão social não especificada*	*18.354.796*
08	*Investigação e desenvolvimento em proteção social*	-

09	*Serviços de proteção social não especificados*	*18.893.424*
	TOTAL AC + SS (COM FRSS) + RAEOA	**2.617.170.234**
	TOTAL AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA	**2.311.477.689**
	TOTAL AC + SS (SEM FRSS) + RAEOA CONSOLIDADO	**2.177.227.689**

Nota: O Total Consolidado elimina as despesas que consistem em transferências da Administração Central para o Orçamento da Segurança Social e o Orçamento da RAEOA, para evitar a sua contagem em duplicado, visto que essas despesas estão incluídas no total da Segurança Social e da RAEOA.

Tabela IV - Receita do subsetor da Administração Central, por classificação económica

Código	Categoria *Rubrica*	Valor
401	**Impostos e contribuições para a Segurança Social**	**212.080.154**
01	*Impostos*	*185.494.311*
02	*Direitos aduaneiros de importação*	*26.585.843*
03	*Contribuições e cotizações para a Segurança Social*	-
402	**Taxas, coimas e outras penalidades**	**28.873.385**
01	*Taxas*	*28.818.300*
02	*Coimas e outras penalidades*	*55.085*
403	**Rendimentos**	**7.256.591**
01	*Rendas*	*908.091*
02	*Ativos incorpóreos*	-
03	*Juros*	*6.348.500*
04	*Dividendos e participações nos lucros*	-
05	*Outros rendimentos*	-
404	**Transferências**	**1.570.073.539**
01	*Transferências correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado*	*551.949.714*
02	*Transferências correntes do Setor Público Administrativo*	-

03	*Transferências correntes de sociedades*	-
04	*Transferências correntes das famílias*	-
05	*Transferências correntes de instituições sem fins lucrativos*	-
06	*Transferências do exterior*	*9.000.000*
07	*Outras transferências correntes*	-
08	*Transferências de capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado*	*1.009.123.825*
09	*Transferências de capital do Setor Público Administrativo*	-
10	*Outras Transferências de capital*	-
405	**Vendas de bens e serviços**	**9.697.331**
01	*Venda de bens correntes*	*1.009.148*
02	*Venda de bens de capital*	*8.410.285*
03	*Serviços correntes*	*277.898*
04	*Serviços de capital*	-
406	**Ativos e Passivos Financeiros**	**45.000.000**
01	*Ativos financeiros*	-
02	*Passivos financeiros*	*45.000.000*
407	**Reposições não abatidas nos pagamentos**	**-**
408	**Saldo de Gerência**	**200.000.000**
	TOTAL	**2.072.981.000**

Tabela V - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas

Título *Programas*	Categorias					Total
	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	
001: Presidência da República	**4.893.100**	**4.401.821**	**1.001.000**	**150.000**	**398.230**	**10.844.151**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*4.893.100*	*2.051.571*	*180.000*	*150.000*	*398.230*	*7.672.901*
Programa A02: Reforçar as Relações e Cooperações Internacionais	-	*150.000*	-	-	-	*150.000*
Programa A35: Fortalecimento da Democracia, Constitucionalidade, Paz, Defesa e Segurança	-	*418.750*	-	-	-	*418.750*
Programa A36: Iniciativas de Desenvolvimento do Presidente da República	-	*546.500*	*821.000*	-	-	*1.367.500*
Programa A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional	-	*1.235.000*	-	-	-	*1.235.000*
002: Parlamento Nacional	**11.934.844**	**6.160.019**	**985.697**	**4.429.212**	**-**	**23.509.772**
Programa 031: Fomentar as Relações Internacionais e de Cooperação do Parlamento	-	*1.740.124*	*40.000*	-	-	*1.780.124*
Programa 159: Garantir o exercício das funções constitucionais do Parlamento	*8.504.413*	*1.652.042*	*908.598*	*4.225.000*	-	*15.290.053*
Programa 160: Promover uma cultura de abertura e transparência no Parlamento	-	*173.288*	*2.099*	-	-	*175.387*

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*3.430.431*	*2.594.565*	*35.000*	*204.212*	-	*6.264.208*
003: Primeiro-Ministro	**1.137.348**	**2.387.054**	**-**	**360.000**	**-**	**3.884.402**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.137.348*	*1.778.472*	-	*360.000*	-	*3.275.820*
Programa A21: Liderar a estratégia política do Governo e a Política Nacional	-	*608.582*	-	-	-	*608.582*
124: Vice-Primeiro-Ministro para a Área Económica	**147.577**	**252.423**	**-**	**-**	**-**	**400.000**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*147.577*	*252.423*	-	-	-	*400.000*
125: Vice-Primeiro-Ministro para a Área Social	**710.540**	**389.460**	**-**	**-**	**-**	**1.100.000**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*710.540*	*389.460*	-	-	-	*1.100.000*
004: Presidência do Conselho de Ministros	**2.929.942**	**2.026.951**	**-**	**-**	**-**	**4.956.893**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.291.303*	*1.461.151*	-	-	-	*2.752.454*
Programa A29: Política Estratégica Nacional	*1.638.639*	*565.800*	-	-	-	*2.204.439*
005: Secretaria de Estado da Igualdade	**919.350**	**716.245**	**200.000**	**-**	**-**	**1.835.595**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*627.872*	*408.445*	-	-	-	*1.036.317*
Programa 980: Inclusão Social	*291.478*	*307.800*	*200.000*	-	-	*799.278*

121: Secretaria de Estado da Comunicação Social	**1.619.260**	**767.835**	**2.751.440**	**-**	**900.000**	**6.038.535**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*971.050*	*319.375*	-	-	-	*1.290.425*
Programa A33: Desenvolvimento do Setor da Comunicação Social	*648.210*	*236.810*	*2.751.440*	-	*900.000*	*4.536.460*
Programa A37: Desenvolver um Sistema de Comunicação Institucional	-	*211.650*	-	-	-	*211.650*
007: Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos	**2.091.210**	**1.916.780**	**400.000**	**95.500**	**-**	**4.503.490**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*838.735*	*792.318*	-	*95.500*	-	*1.726.553*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*1.252.475*	*1.124.462*	*400.000*	-	-	*2.776.937*
008: Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego	**3.478.411**	**3.108.295**	**1.344.279**	**-**	**553.950**	**8.484.935**
Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	*495.543*	*129.520*	-	-	-	*625.063*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.232.512*	*1.168.737*	-	-	*103.950*	*2.505.199*
Programa 980: Inclusão Social	-	*30.020*	-	-	-	*30.020*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*1.750.356*	*1.780.018*	*1.344.279*	-	*450.000*	*5.324.653*
009: Secretaria de Estado das Cooperativas	**2.187.870**	**1.920.892**	**1.850.000**	**100.000**	**-**	**6.058.762**
Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	*108.720*	*582.926*	*1.850.000*	-	-	*2.541.646*

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.079.150*	*1.337.966*	-	*100.000*	-	*3.517.116*
111: Ministério Coordenador dos Assuntos Sociais	**709.200**	**300.000**	-	-	-	**1.009.200**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*709.200*	*300.000*	-	-	-	*1.009.200*
012: Ministério das Finanças	**9.659.322**	**8.347.225**	-	**45.000**	**837.694**	**18.889.241**
Programa 023: Gestão das Finanças Públicas	*6.878.712*	*2.393.707*	-	-	-	*9.272.419*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.780.610*	*5.953.518*	-	*45.000*	*837.694*	*9.616.822*
013: Dotação Geral do Estado	**23.911.201**	**92.578.182**	**197.607.247**	**550.000**	-	**314.646.630**
Programa 023: Gestão das Finanças Públicas	*566.534*	*29.442.182*	*37.200.000*	*550.000*	-	*67.758.716*
Programa 148: Contingência	-	*42.600.000*	-	-	-	*42.600.000*
Programa 392: Acesso à Justiça	*1.930.667*	*200.000*	-	-	-	*2.130.667*
Programa 400: Política Externa de Timor-Leste	*414.000*	*2.086.000*	*10.613.404*	-	-	*13.113.404*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*13.250.000*	-	-	-	*13.250.000*
Programa 867: Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	-	-	*10.000.000*	-	-	*10.000.000*
Programa 980: Inclusão Social	*21.000.000*	-	*130.175.000*	-	-	*151.175.000*

Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*5.000.000*	*9.618.843*	-	-	*14.618.843*
014: Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	**16.926.324**	**14.383.173**	**-**	**300.000**	**500.000**	**32.109.497**
Programa 400: Política Externa de Timor-Leste	*13.460.556*	*11.994.875*	-	*300.000*	*500.000*	*26.255.431*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*3.465.768*	*2.388.298*	-	-	-	*5.854.066*
015: Ministério da Justiça	**8.082.102**	**4.328.716**	**-**	**200.000**	**265.231**	**12.876.049**
Programa 029: Reformas do Estado	*178.712*	*12.785*	-	-	-	*191.497*
Programa 392: Acesso à Justiça	*5.976.626*	*3.104.568*	-	*200.000*	*265.231*	*9.546.425*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.926.764*	*1.201.397*	-	-	-	*3.128.161*
Programa 980: Inclusão Social	-	*9.966*	-	-	-	*9.966*
016: Ministério da Administração Estatal	**11.756.843**	**11.680.373**	**2.203.705**	**358.000**	**-**	**25.998.921**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*2.158.758*	*1.777.168*	*1.545.182*	*38.000*	-	*5.519.108*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*8.968.877*	*9.129.301*	*658.523*	*320.000*	-	*19.076.701*
Programa 980: Inclusão Social	*23.604*	*79.596*	-	-	-	*103.200*
Programa A23: Toponímia e Organização Urbana	*317.460*	*390.188*	-	-	-	*707.648*

Programa A24: Desenvolvimento Local	*288.144*	*304.120*	-	-	-	*592.264*
017: Ministério da Saúde	**37.117.970**	**13.412.442**	**20.990.400**	**1.000.000**	**1.410.336**	**73.931.148**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*5.999.523*	*5.728.164*	*100.000*	*1.000.000*	*1.410.336*	*14.238.023*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*24.808.198*	*4.059.501*	*7.510.400*	-	-	*36.378.099*
Programa 529: Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	*6.310.249*	*3.624.777*	*13.380.000*	-	-	*23.315.026*
112: Ministério da Educação	**92.383.226**	**11.161.334**	**4.602.080**	**1.054.214**	**3.897.930**	**113.098.784**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*8.494.595*	*7.228.111*	*2.116.174*	*145.000*	*348.213*	*18.332.093*
Programa 520: Educação Pré-escolar	*5.972.234*	*501.358*	*9.000*	*4.500*	*844.034*	*7.331.126*
Programa 521: Ensino Básico	*65.574.861*	*2.525.574*	*10.000*	*4.714*	*2.150.380*	*70.265.529*
Programa 522: Ensino Secundário Geral e Técnico Vocacional	*12.168.364*	*761.231*	*2.406.906*	*900.000*	*555.303*	*16.791.804*
Programa 523: Ensino Recorrente	*173.172*	*145.060*	*60.000*	-	-	*378.232*
020: Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura	**2.756.849**	**1.201.074**	**3.000.000**	**-**	**-**	**6.957.923**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.413.005*	*682.178*	-	-	-	*2.095.183*
Programa 524: Ensino Superior	*1.343.844*	*518.896*	*3.000.000*	-	-	*4.862.740*

022: Ministério para os Assuntos dos Combatentes da Libertação Nacional	**1.787.636**	**5.949.982**	**195.515.922**	**76.000**	**3.739.596**	**207.069.136**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.338.743*	*1.987.469*	-	*76.000*	-	*3.402.212*
Programa 980: Inclusão Social	*448.893*	*3.962.513*	*195.515.922*	-	*3.739.596*	*203.666.924*
024: Ministério das Obras Públicas	**9.182.148**	**19.032.404**	**176.500.000**	**-**	**66.042.798**	**270.757.350**
Programa 026: Estradas e Pontes	-	*9.905.784*	-	-	*63.906.000*	*73.811.784*
Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	-	*420.000*	-	-	*2.136.798*	*2.556.798*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*9.026.447*	*7.901.975*	-	-	-	*16.928.422*
Programa 798: Água e Saneamento	*155.701*	*150.000*	*10.000.000*	-	-	*10.305.701*
Programa 802: Eletricidade	-	*120.037*	*166.500.000*	-	-	*166.620.037*
Programa A25: Laboratório de Infraestruturas	-	*534.608*	-	-	-	*534.608*
025: Ministério dos Transportes e Comunicações	**4.659.105**	**6.336.053**	**1.811.500**	**250.000**	**296.870**	**13.353.528**
Programa 502: Transportes	*1.517.830*	*1.972.153*	-	-	*296.870*	*3.786.853*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.256.432*	*1.342.367*	*1.809.000*	-	-	*5.407.799*
Programa 558: Serviços postais	*249.986*	*231.598*	-	-	-	*481.584*

Programa 980: Inclusão Social	-	*40.000*	-	-	-	*40.000*
Programa A08: Tecnologia de Informação e Comunicação	*432.321*	*2.271.406*	*2.500*	*250.000*	-	*2.956.227*
Programa A38: Meteorologia e Geofísica	*202.536*	*478.529*	-	-	-	*681.065*
110: Ministério do Turismo e Ambiente	**4.813.195**	**4.417.617**	**685.000**	**171.500**	**876.535**	**10.963.847**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.735.402*	*1.687.861*	*380.000*	*171.500*	-	*4.974.763*
Programa 981: Proteção e Conservação do Ambiente	*981.871*	*734.271*	*40.000*	-	*31.299*	*1.787.441*
Programa 982: Turismo	*1.095.922*	*1.995.485*	*265.000*	-	*845.236*	*4.201.643*
113: Ministério do Comércio e Indústria	**3.000.000**	**5.406.462**	**325.000**	**-**	**-**	**8.731.462**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.511.222*	*2.509.785*	-	-	-	*4.021.007*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*1.488.778*	*2.896.677*	*325.000*	-	-	*4.710.455*
117: Ministério do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária	**3.197.088**	**1.803.633**	**5.000.000**	**-**	**3.000.000**	**13.000.721**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.395.209*	*959.043*	-	-	*250.000*	*2.604.252*
Programa A22: Revitalização Comunitária	*1.197.527*	*365.690*	*5.000.000*	-	-	*6.563.217*
Programa A27: Implementação da Habitação Comunitária Digna	*604.352*	*478.900*	-	-	*2.750.000*	*3.833.252*

114: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas	**7.837.057**	**12.065.122**	**394.805**	**3.000.000**	**2.473.801**	**25.770.785**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*3.361.941*	*4.528.515*	*94.805*	*338.480*	*333.800*	*8.657.541*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*1.980.837*	*5.364.231*	*100.000*	*2.455.000*	*1.678.001*	*11.578.069*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	*530.086*	*801.253*	*100.000*	*118.520*	*170.000*	*1.719.859*
Programa A41: Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	*875.282*	*561.172*	*100.000*	*88.000*	*222.000*	*1.846.454*
Programa A42: Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	*1.088.911*	*809.951*	-	-	*70.000*	*1.968.862*
028: Ministério da Defesa	**3.086.253**	**7.051.825**	**-**	**-**	**800.000**	**10.938.078**
Programa 388: Defesa Nacional	*1.587.531*	*5.393.510*	-	-	*800.000*	*7.781.041*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.498.722*	*1.648.315*	-	-	-	*3.147.037*
Programa 980: Inclusão Social	-	*10.000*	-	-	-	*10.000*
029: FALINTIL - Forças de Defesa de Timor-Leste	**19.145.445**	**16.052.347**	**-**	**500.000**	**-**	**35.697.792**
Programa 388: Defesa Nacional	-	*13.939.123*	-	*500.000*	-	*14.439.123*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*19.145.445*	*2.063.224*	-	-	-	*21.208.669*
Programa 980: Inclusão Social	-	*50.000*	-	-	-	*50.000*

032: Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	**3.081.336**	**19.158.599**	**25.000.000**	**-**	**-**	**47.239.935**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.633.335*	*5.035.695*	-	-	-	*6.669.030*
Programa A13: Desenvolvimento do campo de gás do Greater Sunrise e assegurar que o gasoduto vem para Timor-Leste	*661.000*	*10.070.473*	-	-	-	*10.731.473*
Programa A17: Desenvolver políticas e boas práticas na indústria para assegurar a participação máxima dos Timorenses nas atividades do setor	*458.901*	*586.562*	*25.000.000*	-	-	*26.045.463*
Programa A18: Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país	*213.600*	*3.138.940*	-	-	-	*3.352.540*
Programa A19: Explorar, Investigar e Desenvolver os Recursos Petrolíferos, Minerais e Geológicos no território	*114.500*	*326.929*	-	-	-	*441.429*
030: Ministério do Interior	**12.276.037**	**2.158.319**	**-**	**40.184**	**525.796**	**15.000.336**
Programa 366: Segurança Nacional	*9.379.142*	*1.066.181*	-	*5.000*	-	*10.450.323*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.896.895*	*1.092.138*	-	*35.184*	*525.796*	*4.550.013*
031: Polícia Nacional de Timor-Leste	**39.924.528**	**6.354.902**	**141.000**	**-**	**-**	**46.420.430**
Programa 366: Segurança Nacional	*39.924.528*	*3.568.162*	-	-	-	*43.492.690*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*2.756.740*	*141.000*	-	-	*2.897.740*
Programa 980: Inclusão Social	-	*30.000*	-	-	-	*30.000*
021: Ministério da Solidariedade Social e da Inclusão	**3.982.088**	**10.744.951**	**9.501.672**	**500.000**	**1.459.891**	**26.188.602**

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*3.933.000*	*4.860.601*	-	*500.000*	*1.459.891*	*10.753.492*
Programa 980: Inclusão Social	*49.088*	*5.884.350*	*9.501.672*	-	-	*15.435.110*
115: Ministério da Juventude, Desporto, Arte e Cultura	**2.729.571**	**1.850.047**	**4.261.650**	**-**	**631.458**	**9.472.726**
Programa 024: Cultura e Património	-	*225.772*	*607.400*	-	-	*833.172*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.729.571*	*1.589.558*	-	-	*112.401*	*4.431.530*
Programa 980: Inclusão Social	-	*34.717*	*3.654.250*	-	*519.057*	*4.208.024*
116: Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico	**2.636.773**	**1.630.136**	**-**	**50.000**	**-**	**4.316.909**
Programa 023: Gestão das Finanças Públicas	*216.837*	-	-	-	-	*216.837*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.366.727*	*1.069.887*	-	*50.000*	-	*2.486.614*
Programa 980: Inclusão Social	*15.000*	*15.000*	-	-	-	*30.000*
Programa 984: Ordenamento do Território	*611.125*	*444.325*	-	-	-	*1.055.450*
Programa A28: Planeamento e Investimento Estratégico	*427.084*	*100.924*	-	-	-	*528.008*
033: Tribunais	**3.454.572**	**925.823**	**-**	**290.000**	**-**	**4.670.395**
Programa 171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	*3.454.572*	*434.256*	-	-	-	*3.888.828*

Programa 392: Acesso à Justiça	-	*26.000*	-	-	-	*26.000*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*465.567*	-	*290.000*	-	*755.567*
034: Procuradoria-Geral da República	**3.277.759**	**905.678**	**-**	**40.000**	**-**	**4.223.437**
Programa 392: Acesso à Justiça	-	*88.600*	-	-	-	*88.600*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*3.277.759*	*817.078*	-	*40.000*	-	*4.134.837*
131: Defensoria Pública	**1.590.971**	**126.759**	**-**	**-**	**-**	**1.717.730**
Programa 392: Acesso à Justiça	*1.590.971*	*58.886*	-	-	-	*1.649.857*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*67.873*	-	-	-	*67.873*
035: Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	**1.402.463**	**696.905**	**-**	**40.000**	**-**	**2.139.368**
Programa 157: Direitos Humanos e Boa Governação	-	*272.155*	-	-	-	*272.155*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.402.463*	*424.750*	-	*40.000*	-	*1.867.213*
036: Inspeção-Geral do Estado	**577.888**	**346.031**	**-**	**-**	**-**	**923.919**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*577.888*	*346.031*	-	-	-	*923.919*
037: Polícia Científica de Investigação Criminal	**1.351.538**	**832.763**	**-**	**-**	**-**	**2.184.301**

Programa 392: Acesso à Justiça	*1.244.054*	*716.823*	-	-	-	*1.960.877*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*107.484*	*115.940*	-	-	-	*223.424*
038: Autoridade de Proteção Civil	**4.284.503**	**3.436.055**	**765.000**	**250.000**	**-**	**8.735.558**
Programa 366: Segurança Nacional	*4.110.735*	*2.363.053*	*765.000*	-	-	*7.238.788*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*173.768*	*1.073.002*	-	*250.000*	-	*1.496.770*
039: Inspeção-Geral do Trabalho	**466.656**	**233.228**	**-**	**-**	**-**	**699.884**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*187.836*	*178.728*	-	-	-	*366.564*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*278.820*	*54.500*	-	-	-	*333.320*
040: Serviço Nacional de Inteligência	**1.094.967**	**1.224.976**	**-**	**322.500**	**-**	**2.642.443**
Programa 366: Segurança Nacional	*663.240*	*720.524*	-	*322.500*	-	*1.706.264*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*431.727*	*504.452*	-	-	-	*936.179*
132: Gabinete de Apoio à Sociedade Civil	**527.298**	**209.409**	**21.700.000**	**40.000**	**-**	**22.476.707**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*527.298*	*209.409*	-	*40.000*	-	*776.707*
Programa 980: Inclusão Social	-	-	*21.700.000*	-	-	*21.700.000*

047: Autoridade Municipal de Aileu	**2.287.798**	**986.016**	**3.291.810**	**-**	**958.240**	**7.523.864**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*200.673*	*254.340*	*918.902*	-	*958.240*	*2.332.155*
Programa 026: Estradas e Pontes	*89.116*	*14.401*	-	-	-	*103.517*
Programa 366: Segurança Nacional	*54.232*	*23.500*	-	-	-	*77.732*
Programa 392: Acesso à Justiça	*41.721*	*5.725*	-	-	-	*47.446*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.001.576*	*436.556*	*853.961*	-	-	*2.292.093*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	*118.335*	-	-	*118.335*
Programa 521: Ensino Básico	*215.729*	*17.700*	*1.370.612*	-	-	*1.604.041*
Programa 523: Ensino Recorrente	-	*100*	-	-	-	*100*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*191.979*	*60.264*	-	-	-	*252.243*
Programa 798: Água e Saneamento	*116.382*	*25.975*	-	-	-	*142.357*
Programa 980: Inclusão Social	*64.914*	*44.000*	-	-	-	*108.914*
Programa 982: Turismo	-	*2.000*	-	-	-	*2.000*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*57.450*	*4.600*	-	-	-	*62.050*

Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*254.026*	*84.355*	*30.000*	-	-	*368.381*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*12.500*	-	-	-	*12.500*
048: Autoridade Municipal de Ainaro	**2.233.904**	**912.342**	**3.408.943**	**400.000**	**924.023**	**7.879.212**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*353.479*	*117.665*	*629.224*		*495.011*	*1.595.379*
Programa 026: Estradas e Pontes	*3.264*	*41.281*	-	-	*350.591*	*395.136*
Programa 366: Segurança Nacional	*39.762*	*73.676*	-	-	-	*113.438*
Programa 392: Acesso à Justiça	*32.553*	*5.141*	-	-	-	*37.694*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.299.063*	*279.839*	*677.636*	*400.000*	-	*2.656.538*
Programa 520: Educação Pré-escolar	*76.872*	*26.120*	*199.831*	-	-	*302.823*
Programa 521: Ensino Básico	-	*9.478*	*1.902.252*	-	-	*1.911.730*
Programa 523: Ensino Recorrente	*25.392*		-	-	-	*25.392*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*13.393*	*93.897*	-	-	-	*107.290*
Programa 798: Água e Saneamento	*90.403*	*70.180*	-	-	-	*160.583*
Programa 805: Saúde	-	-	-	-	*78.421*	*78.421*

Programa 980: Inclusão Social	*7.822*	*47.680*	-	-	-	*55.502*
Programa 982: Turismo	*44.894*	*15.311*	-	-	-	*60.205*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*10.000*	-	-	-	*10.000*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*247.007*	*100.230*	-	-	-	*347.237*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*18.844*	-	-	-	*18.844*
Programa A42: Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	-	*3.000*	-	-	-	*3.000*
130: Autoridade Administrativa de Ataúro	**620.516**	**631.545**	**613.305**	**200.000**	**485.023**	**2.550.389**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*35.069*	*18.124*	*216.807*	-	*395.000*	*665.000*
Programa 026: Estradas e Pontes	*18.485*	*4.000*	-	-	-	*22.485*
Programa 366: Segurança Nacional	-	*6.500*	-	-	-	*6.500*
Programa 392: Acesso à Justiça	*4.152*	*3.000*	-	-	-	*7.152*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*418.373*	*349.316*	*123.585*	*114.000*	-	*1.005.274*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	*43.509*	-	-	*43.509*
Programa 521: Ensino Básico	*8.611*		*229.404*	-	*70.000*	*308.015*

Programa 523: Ensino Recorrente	*22.230*	*1.500*	-	-	-	*23.730*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*42.190*	*40.000*	-	-	-	*82.190*
Programa 798: Água e Saneamento	*27.430*	*82.000*	-	*86.000*	*20.023*	*215.453*
Programa 980: Inclusão Social	*13.070*	*51.105*	-	-	-	*64.175*
Programa 982: Turismo	*30.906*	*76.000*	-	-	-	*106.906*
043: Autoridade Municipal de Baucau	**2.812.445**	**772.510**	**7.445.580**	**-**	**1.407.212**	**12.437.747**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*536.379*	*119.321*	*2.432.412*	-	*1.407.212*	*4.495.324*
Programa 026: Estradas e Pontes	*105.890*	*15.744*	-	-	-	*121.634*
Programa 366: Segurança Nacional	*54.317*	*10.088*	-	-	-	*64.405*
Programa 392: Acesso à Justiça	*39.675*	*9.683*	-	-	-	*49.358*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*962.183*	*356.842*	*2.170.441*	-	-	*3.489.466*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	*135.656*	-	-	*135.656*
Programa 521: Ensino Básico	*178.802*	*26.031*	*2.707.071*	-	-	*2.911.904*
Programa 523: Ensino Recorrente	-	*1.237*	-	-	-	*1.237*

Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*266.080*	*59.816*	-	-	-	*325.896*
Programa 798: Água e Saneamento	*109.912*	*33.780*	-	-	-	*143.692*
Programa 980: Inclusão Social	*48.281*	*70.136*	-	-	-	*118.417*
Programa 982: Turismo	*30.911*	*10.542*	-	-	-	*41.453*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*2.650*	-	-	-	*2.650*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*480.015*	*48.840*	-	-	-	*528.855*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*7.800*	-	-	-	*7.800*
044: Autoridade Municipal de Bobonaro	**2.761.552**	**1.377.833**	**5.383.247**	**500.000**	**1.285.782**	**11.308.414**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*387.895*	*422.955*	*1.817.330*	-	*1.195.782*	*3.823.962*
Programa 026: Estradas e Pontes	*91.785*	*26.900*	-	-	-	*118.685*
Programa 366: Segurança Nacional	*41.910*	*32.350*	-	-	-	*74.260*
Programa 392: Acesso à Justiça	*34.639*	*14.486*	-	-	-	*49.125*
Programa 502: Transportes	*2.652*	*6.925*	-	-	-	*9.577*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.038.429*	*447.624*	*1.239.290*	*500.000*	-	*3.225.343*

Programa 520: Educação Pré-escolar	*255.908*	*37.025*	*226.423*	-	-	*519.356*
Programa 521: Ensino Básico	-	-	*2.074.841*	-	-	*2.074.841*
Programa 523: Ensino Recorrente	*17.064*	*2.207*	-	-	-	*19.271*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*177.188*	*125.221*	-	-	-	*302.409*
Programa 798: Água e Saneamento	*164.625*	*54.065*	-	-	*90.000*	*308.690*
Programa 980: Inclusão Social	*17.310*	*69.097*	*25.363*	-	-	*111.770*
Programa 982: Turismo	-	*7.832*	-	-	-	*7.832*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*21.357*	*7.082*	-	-	-	*28.439*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*510.790*	*110.084*	-	-	-	*620.874*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*13.980*	-	-	-	*13.980*
050: Autoridade Municipal de Covalima	**2.695.872**	**835.130**	**3.765.758**	**150.000**	**846.874**	**8.293.634**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*678.959*	*176.383*	*1.045.713*	-	*846.874*	*2.747.929*
Programa 026: Estradas e Pontes	*71.131*	*15.930*	-	-	-	*87.061*
Programa 366: Segurança Nacional	*47.765*	*64.200*	-	-	-	*111.965*

Programa 392: Acesso à Justiça	*35.629*	*21.362*	-	-	-	*56.991*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.000.513*	*299.922*	*867.670*	*150.000*	-	*2.318.105*
Programa 520: Educação Pré-escolar	*188.723*	-	*126.522*	-	-	*315.245*
Programa 521: Ensino Básico	*2.952*	*19.596*	*1.662.653*	-	-	*1.685.201*
Programa 523: Ensino Recorrente	-	*1.000*	-	-	-	*1.000*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*165.921*	*59.543*	-	-	-	*225.464*
Programa 798: Água e Saneamento	*128.569*	*60.160*	-	-	-	*188.729*
Programa 980: Inclusão Social	*36.774*	*33.182*	*63.200*	-	-	*133.156*
Programa 982: Turismo	*33.285*	*11.500*	-	-	-	*44.785*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*11.682*	-	-	-	*11.682*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*302.699*	*52.330*	-	-	-	*355.029*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	*2.952*	*8.340*	-	-	-	*11.292*
045: Autoridade Municipal de Díli	**5.930.598**	**3.569.441**	**8.374.412**	**500.000**	**859.554**	**19.234.005**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*380.843*	*133.215*	*740.955*	*5.750*	*859.554*	*2.120.317*

Programa 026: Estradas e Pontes	*378.231*	*17.692*	-	*38.650*	-	*434.573*
Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	-	-	*153.473*	-	-	*153.473*
Programa 366: Segurança Nacional	*69.774*	*18.505*	-	*15.600*	-	*103.879*
Programa 502: Transportes	-	*40.000*	-	-	-	*40.000*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.506.566*	*410.684*	*964.593*	*123.600*	-	*3.005.443*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	*560.794*	-	-	*560.794*
Programa 521: Ensino Básico	*678.889*	*18.929*	*5.920.597*	*12.000*	-	*6.630.415*
Programa 523: Ensino Recorrente	*63.830*	-	-	-	-	*63.830*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*441.623*	*314.793*	-	*3.500*	-	*759.916*
Programa 798: Água e Saneamento	*1.550.879*	*2.435.519*	-	*243.500*	-	*4.229.898*
Programa 980: Inclusão Social	*88.806*	*49.879*	*34.000*	-	-	*172.685*
Programa 982: Turismo	-	*5.000*	-	-	-	*5.000*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*528.413*	*70.046*	-	*50.000*	-	*648.459*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*242.744*	*51.179*	-	*7.400*	-	*301.323*

Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*4.000*	-	-	-	*4.000*
046: Autoridade Municipal de Ermera	**2.279.341**	**1.646.872**	**7.641.822**	**-**	**1.303.211**	**12.871.246**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*356.035*	*179.887*	*2.221.969*	-	*1.303.211*	*4.061.102*
Programa 026: Estradas e Pontes	*69.639*	*58.402*	-	-	-	*128.041*
Programa 366: Segurança Nacional	*40.261*	*62.563*	-	-	-	*102.824*
Programa 392: Acesso à Justiça	*32.273*	*29.341*	-	-	-	*61.614*
Programa 502: Transportes	-	*5.943*	-	-	-	*5.943*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*660.091*	*944.808*	*1.563.124*	-	-	*3.168.023*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	*11.064*	*168.949*	-	-	*180.013*
Programa 521: Ensino Básico	*234.558*	*22.631*	*3.687.780*	-	-	*3.944.969*
Programa 523: Ensino Recorrente	-	*15.200*	-	-	-	*15.200*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*347.122*	*98.450*	-	-	-	*445.572*
Programa 798: Água e Saneamento	*140.202*	*88.899*	-	-	-	*229.101*
Programa 980: Inclusão Social	*36.592*	*49.440*	-	-	-	*86.032*

Programa 982: Turismo	*24.261*	*6.600*	-	-	-	*30.861*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*16.212*	*20.729*	-	-	-	*36.941*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*267.096*	*46.721*	-	-	-	*313.817*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*3.100*	-	-	-	*3.100*
Programa A42: Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	*54.999*	*3.094*	-	-	-	*58.093*
051: Autoridade Municipal de Lautém	**2.538.874**	**1.096.210**	**3.873.544**	**230.000**	**953.093**	**8.691.721**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*511.895*	*112.811*	*1.002.641*	-	*556.362*	*2.183.709*
Programa 026: Estradas e Pontes	*79.125*	*26.618*	-	-	-	*105.743*
Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	-	-	-	-	*396.731*	*396.731*
Programa 366: Segurança Nacional	*49.612*	*9.008*	-	-	-	*58.620*
Programa 392: Acesso à Justiça	*40.917*	*9.694*	-	-	-	*50.611*
Programa 502: Transportes	*11.620*	*1.600*	-	-	-	*13.220*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*692.494*	*682.847*	*806.239*	*180.000*	-	*2.361.580*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	*262.107*	-	-	*262.107*

Programa 521: Ensino Básico	*200.921*	*38.350*	*1.802.557*	-	-	*2.041.828*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*202.178*	*43.136*	-	*50.000*	-	*295.314*
Programa 798: Água e Saneamento	*99.361*	*56.719*	-	-	-	*156.080*
Programa 980: Inclusão Social	*55.280*	*34.040*	-	-	-	*89.320*
Programa 982: Turismo	*41.786*	*8.651*	-	-	-	*50.437*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*553.685*	*71.986*	-	-	-	*625.671*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*750*	-	-	-	*750*
052: Autoridade Municipal de Liquiçá	**2.454.443**	**620.070**	**3.470.320**	**50.000**	**976.151**	**7.570.984**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*243.571*	*126.832*	*977.360*	-	*976.151*	*2.323.914*
Programa 026: Estradas e Pontes	*59.618*	*31.607*	-	-	-	*91.225*
Programa 366: Segurança Nacional	*48.968*	*24.460*	-	-	-	*73.428*
Programa 392: Acesso à Justiça	*26.480*	*13.125*	-	-	-	*39.605*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.277.819*	*218.685*	*703.049*	*50.000*	-	*2.249.553*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	*148.429*	-	-	*148.429*

Programa 521: Ensino Básico	*152.632*	*21.135*	*1.555.394*	-	-	*1.729.161*
Programa 523: Ensino Recorrente	*17.680*	-	-	-	-	*17.680*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*194.792*	*53.451*	-	-	-	*248.243*
Programa 798: Água e Saneamento	*71.169*	*47.380*	*30.938*	-	-	*149.487*
Programa 980: Inclusão Social	*34.526*	*24.315*	*43.900*	-	-	*102.741*
Programa 982: Turismo	*34.751*	*12.720*	-	-	-	*47.471*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*1.565*	-	-	-	*1.565*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*292.437*	*37.895*	*11.250*	-	-	*341.582*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*6.900*	-	-	-	*6.900*
053: Autoridade Municipal de Manatuto	**2.235.544**	**1.427.685**	**2.942.571**	**-**	**928.900**	**7.534.700**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	-	*58.000*	*1.087.652*	-	*928.900*	*2.074.552*
Programa 026: Estradas e Pontes	-	*18.444*	-	-	-	*18.444*
Programa 366: Segurança Nacional	-	*54.645*	-	-	-	*54.645*
Programa 392: Acesso à Justiça	-	*8.340*	-	-	-	*8.340*

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.235.544*	*1.026.835*	*774.403*	-	-	*4.036.782*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	*91.801*	-	-	*91.801*
Programa 521: Ensino Básico	-	*13.500*	*988.715*	-	-	*1.002.215*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	-	*36.000*	-	-	-	*36.000*
Programa 798: Água e Saneamento	-	*39.866*	-	-	-	*39.866*
Programa 980: Inclusão Social	-	*91.350*	-	-	-	*91.350*
Programa 982: Turismo	-	*1.666*	-	-	-	*1.666*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*19.000*	-	-	-	*19.000*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	-	*60.039*	-	-	-	*60.039*
054: Autoridade Municipal de Manufahi	**2.624.125**	**767.530**	**3.170.213**	**202.501**	**937.102**	**7.701.471**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*209.385*	*81.729*	*908.552*	-	*937.102*	*2.136.768*
Programa 026: Estradas e Pontes	*139.350*	*33.593*	-	-	-	*172.943*
Programa 366: Segurança Nacional	*27.300*	*2.940*	*10.000*	-	-	*40.240*
Programa 392: Acesso à Justiça	*21.466*	*12.800*	-	-	-	*34.266*

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.097.154*	*368.496*	*867.522*	*202.501*	-	*2.535.673*
Programa 520: Educação Pré-escolar	*263.129*	-	*150.891*	-	-	*414.020*
Programa 521: Ensino Básico	-	*19.299*	*1.205.248*	-	-	*1.224.547*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*257.256*	*120.796*	-	-	-	*378.052*
Programa 798: Água e Saneamento	*105.436*	*24.430*	-	-	-	*129.866*
Programa 980: Inclusão Social	*39.248*	*14.541*	*28.000*	-	-	*81.789*
Programa 982: Turismo	*81.026*	*26.200*	-	-	-	*107.226*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*383.375*	*62.706*	-	-	-	*446.081*
055: Autoridade Municipal de Viqueque	**3.982.966**	**845.895**	**3.656.102**	**150.000**	**1.391.577**	**10.026.540**
Programa 025: Descentralização Administrativa e Poder Local	*513.588*	*141.171*	*1.082.030*	-	*1.391.577*	*3.128.366*
Programa 026: Estradas e Pontes	*165.839*	*36.732*	-	-	-	*202.571*
Programa 366: Segurança Nacional	*65.567*	*22.869*	-	-	-	*88.436*
Programa 392: Acesso à Justiça	*62.104*	*17.086*	-	-	-	*79.190*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.022.843*	*406.920*	*1.233.148*	*150.000*	-	*3.812.911*

Programa 520: Educação Pré-escolar	-	*4.000*	*503.344*	-	-	*507.344*
Programa 521: Ensino Básico	*205.426*	*54.495*	*819.580*	-	-	*1.079.501*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*200.259*	*27.604*	-	-	-	*227.863*
Programa 798: Água e Saneamento	*109.601*	*33.296*	-	-	-	*142.897*
Programa 980: Inclusão Social	*59.297*	*33.019*	*18.000*	-	-	*110.316*
Programa 982: Turismo	*59.427*	*5.928*	-	-	-	*65.355*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*4.900*	-	-	-	*4.900*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	*519.015*	*34.055*	-	-	-	*553.070*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*19.820*	-	-	-	*19.820*
Programa A42: Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	-	*4.000*	-	-	-	*4.000*
056: Administração dos Portos de Timor-Leste	**1.380.389**	**2.890.358**	**-**	**100.000**	**-**	**4.370.747**
Programa 502: Transportes	*470.039*	*2.582.048*	-	-	-	*3.052.087*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*910.350*	*308.310*	-	*100.000*	-	*1.318.660*
057: Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.	**3.111.605**	**926.060**	**-**	**400.000**	**479.543**	**4.917.208**

Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	-	-	-	-	*31.400*	*31.400*
Programa 304: Formação Profissional	-	*284.920*	-	-	-	*284.920*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*18.742*	*519.981*	-	-	-	*538.723*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	-	-	-	-	*144.317*	*144.317*
Programa 980: Inclusão Social	-	*5.759*	-	-	-	*5.759*
Programa A30: Controlar a qualidade de projetos públicos	*3.092.863*	*115.400*	-	*400.000*	*303.826*	*3.912.089*
058: Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Timor-Leste, I.P.	**545.125**	**825.401**	**-**	**-**	**-**	**1.370.526**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*190.118*	*260.311*	-	-	-	*450.429*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*355.007*	*565.090*	-	-	-	*920.097*
059: Agência de Tecnologias de Informação e Comunicação, I.P. - TIC TIMOR	**1.075.800**	**880.474**	**-**	**375.000**	**-**	**2.331.274**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.075.800*	*489.674*	-	-	-	*1.565.474*
Programa A08: Tecnologia de Informação e Comunicação	-	*390.800*	-	*375.000*	-	*765.800*
060: Agência Nacional para Avaliação e Acreditação Académica	**242.965**	**208.959**	**-**	**-**	**350.000**	**801.924**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*121.545*	*76.874*	-	-	*350.000*	*548.419*

Programa 524: Ensino Superior	*121.420*	*132.085*	-	-	-	*253.505*
061: Arquivo e Museu da Resistência Timorense	**1.299.518**	**1.915.389**	**-**	**-**	**-**	**3.214.907**
Programa 024: Cultura e Património	-	*1.681.461*	-	-	-	*1.681.461*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.299.518*	*233.928*	-	-	-	*1.533.446*
062: Arquivo Nacional de Timor-Leste, I.P.	**400.000**	**291.091**	**-**	**-**	**16.450**	**707.541**
Programa 024: Cultura e Património	*42.600*	*33.000*	-	-	*16.450*	*92.050*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*357.400*	*258.091*	-	-	-	*615.491*
063: Autoridade de Aviação Civil de Timor-Leste	**645.658**	**203.580**	**45.000**	**104.663**	**-**	**998.901**
Programa 502: Transportes	*264.550*	*83.562*	*45.000*	-	-	*393.112*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*381.108*	*120.018*	-	*104.663*	-	*605.789*
064: Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar	**946.963**	**765.662**	**-**	**-**	**250.000**	**1.962.625**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*946.963*	*582.551*	-	-	*250.000*	*1.779.514*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*183.111*	-	-	-	*183.111*
066: Autoridade Nacional de Comunicações	**800.912**	**484.284**	**-**	**-**	**-**	**1.285.196**

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*165.220*	*71.165*	-	-	-	*236.385*
Programa A08: Tecnologia de Informação e Comunicação	*635.692*	*413.119*	-	-	-	*1.048.811*
119: Autoridade Nacional do Petróleo	**3.861.599**	**7.249.475**	**-**	**-**	**-**	**11.111.074**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*3.861.599*	*1.310.475*	-	-	-	*5.172.074*
Programa A13: Desenvolvimento do campo de gás do Greater Sunrise e assegurar que o gasoduto vem para Timor-Leste	-	*1.569.000*	-	-	-	*1.569.000*
Programa A17: Desenvolver políticas e boas práticas na indústria para assegurar a participação máxima dos Timorenses nas atividades do setor	-	*1.150.000*	-	-	-	*1.150.000*
Programa A18: Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país	-	*410.000*	-	-	-	*410.000*
Programa A19: Explorar, Investigar e Desenvolver os Recursos Petrolíferos, Minerais e Geológicos no território	-	*2.810.000*	-	-	-	*2.810.000*
069: Centro Logístico Nacional	**1.024.768**	**4.802.436**	**464.000**	**210.420**	**-**	**6.501.624**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*652.417*	*1.291.792*	*464.000*	*210.420*	-	*2.618.629*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*372.351*	*3.510.644*	-	-	-	*3.882.995*
070: Centro Nacional Chega!	**750.000**	**612.643**	**180.000**	**-**	**20.995**	**1.563.638**
Programa 024: Cultura e Património	-	*217.106*	*14.192*	-	-	*231.298*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*750.000*	*184.899*	-	-	*20.995*	*955.894*

Programa A26: Combatente da Libertação Nacional	-	*210.638*	*165.808*	-	-	*376.446*
071: Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, I.P.	**590.930**	**911.544**	**-**	**-**	**-**	**1.502.474**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*493.373*	*41.744*	-	-	-	*535.117*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*97.557*	*869.800*	-	-	-	*967.357*
072: Centro Nacional de Formação Profissional – Becora, I.P.	**339.739**	**425.410**	**-**	**-**	**61.000**	**826.149**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*339.739*	*197.721*	-	-	*61.000*	*598.460*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*227.689*	-	-	-	*227.689*
073: Centro Nacional de Reabilitação	**625.357**	**575.052**	**-**	**99.591**	**100.000**	**1.400.000**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*244.511*	*217.764*	-	*25.411*	*100.000*	*587.686*
Programa 980: Inclusão Social	*380.846*	*357.288*	-	*74.180*	-	*812.314*
074: Comissão Anti-Corrupção	**1.428.948**	**496.987**	**-**	**-**	**-**	**1.925.935**
Programa 392: Acesso à Justiça	*60.028*	*166.223*	-	-	-	*226.251*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.368.920*	*330.764*	-	-	-	*1.699.684*
075: Comissão da Função Pública	**1.992.798**	**908.350**	**-**	**-**	**-**	**2.901.148**

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.992.798*	*905.350*	-	-	-	*2.898.148*
Programa 980: Inclusão Social	-	*3.000*	-	-	-	*3.000*
122: Comissão Nacional de Aprovisionamento	**1.643.517**	**496.014**	**-**	**-**	**-**	**2.139.531**
Programa 023: Gestão das Finanças Públicas	*1.643.517*	*334.697*	-	-	-	*1.978.214*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*161.317*	-	-	-	*161.317*
076: Comissão Nacional de Eleições	**1.173.131**	**1.143.462**	**6.000.000**	**-**	**700.000**	**9.016.593**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.173.131*	*1.143.462*	*6.000.000*	-	*700.000*	*9.016.593*
077: Conselho de Imprensa	**459.427**	**331.096**	**-**	**50.000**	**-**	**840.523**
Programa 439: Garantir a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	*210.079*	*102.446*	-	*43.000*	-	*355.525*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*249.348*	*228.650*	-	*7.000*	-	*484.998*
080: Fundo das Infraestruturas	**932.134**	**471.484**	**-**	**50.000**	**310.750.000**	**312.203.618**
Programa 023: Gestão das Finanças Públicas	-	-	-	-	*3.500.000*	*3.500.000*
Programa 024: Cultura e Património	-	-	-	-	*1.920.000*	*1.920.000*
Programa 026: Estradas e Pontes	-	-	-	-	*140.653.453*	*140.653.453*

Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	-	-	-	-	*4.282.319*	*4.282.319*
Programa 171: Aproximar os Serviços dos Tribunais da População	-	-	-	-	*2.368.290*	*2.368.290*
Programa 366: Segurança Nacional	-	-	-	-	*1.665.708*	*1.665.708*
Programa 388: Defesa Nacional	-	-	-	-	*1.796.791*	*1.796.791*
Programa 392: Acesso à Justiça	-	-	-	-	*300.000*	*300.000*
Programa 439: Garantir a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	-	-	-	-	*106.940*	*106.940*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*932.134*	*471.484*	-	*50.000*	*8.197.066*	*9.650.684*
Programa 521: Ensino Básico	-	-	-	-	*1.322.776*	*1.322.776*
Programa 522: Ensino Secundário Geral e Técnico Vocacional	-	-	-	-	*1.390.980*	*1.390.980*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	-	-	-	-	*3.800.000*	*3.800.000*
Programa 529: Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	-	-	-	-	*3.809.341*	*3.809.341*
Programa 798: Água e Saneamento	-	-	-	-	*3.826.184*	*3.826.184*
Programa 802: Eletricidade	-	-	-	-	*8.537.660*	*8.537.660*
Programa 809: Aeroporto	-	-	-	-	*29.645.269*	*29.645.269*

Programa 874: Portos	-	-	-	-	*779.932*	*779.932*
Programa 977: Manutenção, Reabilitação e Resposta das Estruturas Danificadas por Calamidades	-	-	-	-	*23.986.805*	*23.986.805*
Programa 980: Inclusão Social	-	-	-	-	*1.478.705*	*1.478.705*
Programa 982: Turismo	-	-	-	-	*1.984.112*	*1.984.112*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	-	-	-	*4.598.794*	*4.598.794*
Programa 984: Ordenamento do Território	-	-	-	-	*1.029.849*	*1.029.849*
Programa A08: Tecnologia de Informação e Comunicação	-	-	-	-	*2.496.704*	*2.496.704*
Programa A18: Implementação do Projeto Tasi Mane na Costa Sul do país	-	-	-	-	*40.500.000*	*40.500.000*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	-	-	-	-	*16.622.322*	*16.622.322*
Programa A41: Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	-	-	-	-	*150.000*	*150.000*
081: Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano	**1.118.458**	**4.533.364**	**13.321.722**	**-**	**-**	**18.973.544**
Programa 304: Formação Profissional	-	*1.223.780*	-	-	-	*1.223.780*
Programa 313: Treinamento Técnico	-	*2.051.682*	-	-	-	*2.051.682*
Programa 314: Bolsas de Estudo	-	*635.099*	*13.321.722*	-	-	*13.956.821*

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.118.458*	*622.803*	-	-	-	*1.741.261*
083: Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro	**250.390**	**689.083**	**-**	**-**	**1.898.585**	**2.838.058**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*250.390*	*689.083*	-	-	-	*939.473*
Programa A10: Infraestrutura Conectividade	-	-	-	-	*1.898.585*	*1.898.585*
118: Gabinete das Fronteiras Terrestres e Marítimas	**570.544**	**1.201.955**	**-**	**-**	**-**	**1.772.499**
Programa 030: Assegurar Fronteiras Terrestres e Marítimas Permanentes com a Indonésia	*81.644*	*481.579*	-	-	-	*563.223*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*390.420*	*219.379*	-	-	-	*609.799*
Programa A34: Promoção da Economia Azul de Timor-Leste	*98.480*	*500.997*	-	-	-	*599.477*
084: Hospital Nacional Guido Valadares	**8.835.892**	**3.661.620**	**-**	**2.000.000**	**358.412**	**14.855.924**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.572.557*	*1.961.769*	-	*370.000*	-	*4.904.326*
Programa 529: Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	*6.263.335*	*1.699.851*	-	*1.630.000*	*358.412*	*9.951.598*
085: Imprensa Nacional de Timor-Leste, I.P.	**355.156**	**488.293**	**-**	**60.000**	**520.000**	**1.423.449**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*355.156*	*488.293*	-	*60.000*	*520.000*	*1.423.449*
086: Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial	**675.582**	**401.853**	**200.000**	**10.000**	**-**	**1.287.435**

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*675.582*	*251.196*	-	*10.000*	-	*936.778*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*150.657*	*200.000*	-	-	*350.657*
087: Instituto de Defesa Nacional	**238.133**	**1.103.007**	**-**	**-**	**-**	**1.341.140**
Programa 388: Defesa Nacional	*238.133*	*565.811*	-	-	-	*803.944*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*537.196*	-	-	-	*537.196*
123: Instituto de Geociências de Timor-Leste	**2.299.960**	**2.031.399**	**-**	**1.000.000**	**365.000**	**5.696.359**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*2.299.960*	*1.838.079*	-	*420.000*	*350.000*	*4.908.039*
Programa A14: Estudos técnicos e Científicos sobre os recursos de Petróleo e Gás no território de Timor-Leste	-	*30.240*	-	-	-	*30.240*
Programa A15: Estudos técnicos e Científicos sobre os Recursos Minerais no território de Timor-Leste	-	*12.100*	-	-	-	*12.100*
Programa A16: Promover e fortalecer Estudos Geológicos, Recursos Hidrogeológicos, Geotérmicos e Riscos Geológicos	-	*150.980*	-	*580.000*	*15.000*	*745.980*
127: Instituto de Gestão de Equipamentos e Apoio ao Desenvolvimento de Infraestruturas	**1.613.457**	**1.859.380**	**-**	**500.000**	**159.457**	**4.132.294**
Programa 026: Estradas e Pontes	-	*550.941*	-	*500.000*	-	*1.050.941*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.613.457*	*1.308.439*	-	-	*159.457*	*3.081.353*
089: Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento, Formação e Promoção do Bambu	**434.794**	**370.120**	**-**	**-**	**-**	**804.914**

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*434.794*	*71.644*	-	-	-	*506.438*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	-	*298.476*	-	-	-	*298.476*
091: Instituto Nacional da Administração Pública	**666.298**	**779.409**	**-**	**-**	**-**	**1.445.707**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*666.298*	*779.409*	-	-	-	*1.445.707*
092: Instituto Nacional de Ciências e Tecnologia	**369.198**	**291.803**	**-**	**-**	**3.768**	**664.769**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*324.956*	*218.123*	-	-	*3.768*	*546.847*
Programa 524: Ensino Superior	*44.242*	*73.680*	-	-	-	*117.922*
093: Instituto Nacional de Combate ao HIV-SIDA, I.P.	**340.470**	**667.765**	**-**	**50.000**	**-**	**1.058.235**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*340.470*	*130.682*	-	*50.000*	-	*521.152*
Programa 980: Inclusão Social	-	*537.083*	-	-	-	*537.083*
126: Instituto Nacional de Farmácia e Produtos Médicos	**998.437**	**13.489.358**	**1.550.500**	**65.500**	**327.385**	**16.431.180**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*998.437*	*857.640*	-	*65.500*	*327.385*	*2.248.962*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	-	*8.553.246*	-	-	-	*8.553.246*
Programa 529: Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	-	*4.078.472*	*1.550.500*	-	-	*5.628.972*

129: Instituto Nacional da Saúde Pública de Timor-Leste	**1.237.243**	**1.058.056**	**-**	**65.000**	**-**	**2.360.299**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.237.243*	*537.011*	*-*	*65.000*	*-*	*1.839.254*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*-*	*521.045*	*-*	*-*	*-*	*521.045*
094: Instituto Nacional do Desenvolvimento de Mão-de-Obra	**425.902**	**497.286**	**-**	**-**	**-**	**923.188**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*255.884*	*278.619*	*-*	*-*	*-*	*534.503*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*170.018*	*218.667*	*-*	*-*	*-*	*388.685*
096: Instituto Para a Defesa dos Direitos da Criança, I.P.	**350.000**	**429.911**	**-**	**-**	**150.000**	**929.911**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*350.000*	*294.331*	*-*	*-*	*150.000*	*794.331*
Programa 980: Inclusão Social	*-*	*135.580*	*-*	*-*	*-*	*135.580*
097: Instituto Para a Qualidade de Timor-Leste, I.P.	**386.890**	**383.775**	**-**	**-**	**36.000**	**806.665**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*315.013*	*142.963*	*-*	*-*	*-*	*457.976*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*71.877*	*240.812*	*-*	*-*	*36.000*	*348.689*
098: Instituto Politécnico de Betano	**660.534**	**258.008**	**200.000**	**50.000**	**26.720**	**1.195.262**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*290.680*	*180.520*	*-*	*9.050*	*7.571*	*487.821*

Programa 524: Ensino Superior	*369.854*	*77.488*	*200.000*	*40.950*	*19.149*	*707.441*
128: Millennium Challenge Account Timor-Leste, I.P.	**-**	**85.000**	**5.000.000**	**-**	**-**	**5.085.000**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*85.000*	-	-	-	*85.000*
Programa 798: Água e Saneamento	-	-	*5.000.000*	-	-	*5.000.000*
100: Secretariado Técnico da Administração Eleitoral	**1.045.051**	**899.548**	**-**	**22.147**	**-**	**1.966.746**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*1.045.051*	*899.548*	-	*22.147*	-	*1.966.746*
102: Serviço de Registo e Verificação Empresarial, I.P.	**1.876.000**	**319.838**	**-**	**-**	**-**	**2.195.838**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*319.838*	-	-	-	*319.838*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	*1.876.000*	-	-	-	-	*1.876.000*
103: Serviço Nacional de Ambulâncias e Emergência Médica, I.P.	**1.191.662**	**1.201.631**	**190.000**	**510.000**	**-**	**3.093.293**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*548.607*	*468.531*	*5.000*	*20.000*	-	*1.042.138*
Programa 529: Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	*643.055*	*733.100*	*185.000*	*490.000*	-	*2.051.155*
104: TATOLI - Agência Noticiosa de Timor-Leste, I.P.	**533.159**	**133.896**	**-**	**-**	**-**	**667.055**
Programa 439: Garantir a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação	*316.478*	*80.684*	-	-	-	*397.162*

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*216.681*	*53.212*	-	-	-	*269.893*
120: Unidade de Missão para o Combate ao Stunting	**209.220**	**50.660**	**28.800**	**-**	**-**	**288.680**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	-	*16.650*	-	-	-	*16.650*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	*209.220*	*34.010*	*28.800*	-	-	*272.030*
105: Universidade Nacional de Timor Lorosa'e	**12.857.110**	**2.311.669**	**-**	**250.000**	**1.338.387**	**16.757.166**
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*4.950.259*	*1.514.823*	-	*250.000*	*1.338.387*	*8.053.469*
Programa 524: Ensino Superior	*7.906.851*	*782.846*	-	-	-	*8.689.697*
Programa 980: Inclusão Social	-	*14.000*	-	-	-	*14.000*
TOTAL	**474.988.165**	**392.892.297**	**762.755.046**	**22.566.932**	**419.778.560**	**2.072.981.000**

Tabela VI - Despesa do subsetor da Administração Central, por classificação económica

Código	CATEGORIA *Rubrica*	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**474.988.165**
01	*Salário e abonos regulares e permanentes*	*409.545.025*
02	*Abonos variáveis e eventuais*	*44.388.186*
03	*Contribuição para a Segurança Social como entidade empregadora*	*21.054.954*
04	*Outras despesas com pessoal*	-
502	**Bens e Serviços Correntes**	**392.892.297**
01	*Matérias-Primas e subsidiárias*	*1.399.248*
02	*Mercadorias para venda*	-
03	*Vestuário e artigos pessoais*	*3.100.594*
04	*Bens públicos*	*9.254.687*
05	*Alimentação*	*4.628.825*
06	*Material médico e hospitalar*	*4.291.716*
07	*Material escolar*	*242.033*
08	*Material agrícola*	*5.437.891*
09	*Material de escritório*	*6.855.202*
10	*Combustível*	*11.039.993*
11	*Produtos químicos*	*8.723.912*
12	*Peças e ferramentas*	*3.089.160*
13	*Prémios, condecorações e ofertas*	*1.732.980*

14	*Livros e documentação técnica*	*142.600*
15	*Outros bens correntes*	*5.622.753*
16	*Limpeza e segurança*	*9.663.625*
17	*Manutenção*	*30.670.081*
18	*Serviços públicos*	*22.394.590*
19	*Comunicações*	*11.545.042*
20	*Transportes*	*15.908.865*
21	*Catering*	*21.363.174*
22	*Assistência técnica e conservação*	*9.982.047*
23	*Alojamento*	*1.175.308*
24	*Ajudas de custo*	*37.879.406*
25	*Serviços profissionais*	*68.000.832*
26	*Representação*	*6.173.192*
27	*Publicação, cópia e impressão*	*6.265.157*
28	*Serviços financeiros*	*6.794.024*
29	*Serviços de saúde*	*2.848.150*
30	*Outros serviços correntes*	*63.956.088*
31	*Rendas*	*12.711.122*
32	*Ativos incorpóreos*	-
503	**Transferências Públicas**	**762.755.046**
01	*Transferências correntes para o Setor Público Administrativo*	*160.505.558*
02	*Transferências correntes para sociedades*	*224.917.454*

03	*Transferências correntes para famílias*	*230.310.213*
04	*Transferências correntes para instituições sem fins lucrativos*	*105.303.304*
05	*Transferências correntes para o exterior*	*7.745.003*
06	*Juros*	*8.760.000*
07	*Impostos*	-
08	*Taxas*	*380.500*
09	*Coimas e outras penalidades*	-
10	*Restituições não abatidas na receita*	-
11	*Transferências de capital*	*2.824.171*
12	*Ativos financeiros*	*4.368.843*
13	*Passivos financeiros*	*17.640.000*
504	**Capital Menor**	**22.566.932**
01	*Aquisição de bens de capital móvel*	*22.566.932*
02	*Aquisição de serviços de capital*	-
505	**Capital de Desenvolvimento**	**419.778.560**
01	*Aquisição de bens de capital fixo*	*419.778.560*
	TOTAL	**2.072.981.000**

Tabela VII - Receita do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração

Código	Categoria / *Rubrica*	Regimes				
		Regime Contributivo de Repartição	*Regime Não Contributivo*	*Administração da Segurança Social*	*Regime Contributivo de Capitalização (FRSS)*	**TOTAL**
401	**Impostos e contribuições para a Segurança Social**	**50.531.000**	-	-	-	**50.531.000**
01	*Impostos*	-	-	-	-	-
02	*Direitos aduaneiros de importação*	-	-	-	-	-
03	*Contribuições e cotizações para a Segurança Social*	*50.531.000*	-	-	-	*50.531.000*
402	**Taxas, coimas e outras penalidades**	**500**	-	-	-	**500**
01	*Taxas*	-	-	-	-	-
02	*Coimas e outras penalidades*	*500*	-	-	-	*500*
403	**Rendimentos**	**50.000**	-	-	**12.611.000**	**12.661.000**
01	*Rendas*	-	-	-	-	-
02	*Ativos incorpóreos*	-	-	-	-	-
03	*Juros*	*50.000*	-	-	-	*50.000*

04	*Dividendos e participações nos lucros*	-	-	-	-	-
05	*Outros rendimentos*	-	-	-	*12.611.000*	*12.611.000*
404	**Transferências**	**8.317.440**	**111.682.560**	**4.734.189**	**47.181.545**	**171.915.734**
01	*Transferências correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado*	-	-	-	-	-
02	*Transferências correntes do Setor Público Administrativo*	*8.317.440*	*111.682.560*	*4.684.189*	*2.000.000*	*126.684.189*
03	*Transferências correntes de sociedades*	-	-	-	-	-
04	*Transferências correntes das famílias*	-	-	-	-	-
05	*Transferências correntes de instituições sem fins lucrativos*	-	-	-	-	-
06	*Transferências correntes do exterior*	-	-	*50.000*	-	*50.000*
07	*Outras transferências correntes*	-	-	-	-	-
08	*Transferências de capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado*	-	-	-	-	-
09	*Transferências de capital do Setor Público Administrativo*	-	-	-	*45.181.545*	*45.181.545*
10	*Outras Transferências de capital*	-	-	-	-	-
405	**Vendas de bens e serviços**	-	-	-	-	-
01	*Venda de bens correntes*	-	-	-	-	-

02	*Venda de bens de capital*	-	-	-	-	-
03	*Serviços correntes*	-	-	-	-	-
04	*Serviços de capital*	-	-	-	-	-
406	**Ativos e passivos financeiros**	-	-	-	**244.900.000**	**244.900.000**
01	*Ativos financeiros*	-	-	-	*244.900.000*	*244.900.000*
02	*Passivos financeiros*	-	-	-	-	-
407	**Reposições não abatidas nos pagamentos**	-	-	-	-	-
408	**Saldo de gerência**	**1.000.000**	-	-	**1.000.000**	**2.000.000**
	TOTAL	**59.898.940**	**111.682.560**	**4.734.189**	**305.692.545**	**482.008.234**
	TOTAL CONSOLIDADO	**59.898.940**	**111.682.560**	**4.300.000**	**258.511.000**	**434.392.500**

Nota: O total consolidado elimina as receitas que consistem em transferências entre regimes, concretamente a transferência de US$47.615.734 do INSS para o FRSS, para não contabilizar essas receitas em duplicado.

Tabela VIII - Despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas

Título *Programas*	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços Correntes	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total
105: Instituto Nacional de Segurança Social	**2.476.691**	**1.520.352**	**124.399.955**	**52.957**	**250.000**	**128.699.955**
Programa A04: Regime Contributivo de Repartição	-	-	*12.717.395*	-	-	*12.717.395*
Programa A05: Regime Não Contributivo	-	-	*111.682.560*	-	-	*111.682.560*
Programa A06: Administração da Segurança Social	*2.476.691*	*1.520.352*	-	*52.957*	*250.000*	*4.300.000*
106: Fundo de Reserva da Segurança Social	**-**	**2.000.000**	**303.692.545**	**-**	**-**	**305.692.545**
Programa A07: Regime Contributivo de Capitalização	-	*2.000.000*	*303.692.545*	-	-	*305.692.545*
TOTAL CONSOLIDADO	**2.476.691**	**3.520.352**	**428.092.500**	**52.957**	**250.000**	**434.392.500**

Nota: O total consolidado elimina as despesas que consistem em transferências entre regimes, concretamente a transferência de US$47.615.734 do INSS para o FRSS, para não contabilizar essas despesas em duplicado.

Tabela IX - Despesa do subsetor da Segurança Social, por classificação económica, total e por regime e administração

Código	CATEGORIA *Rubrica*	Regimes				
		Regime Contributivo de Repartição	*Regime Não Contributivo*	*Administração da Segurança Social*	*Regime Contributivo de Capitalização (FRSS)*	**TOTAL**
501	**Salários e Vencimentos**	-	-	**2.476.691**	-	**2.476.691**
01	*Salários e abonos regulares e permanentes*	-	-	*2.243.130*	-	*2.243.130*
02	*Abonos variáveis ou eventuais*	-	-	*105.812*	-	*105.812*
03	*Contribuição para a Segurança Social como entidade empregadora*	-	-	*127.749*	-	*127.749*
04	*Outras despesas com pessoal*	-	-	-	-	-
502	**Bens e Serviços Correntes**	-	-	**1.520.352**	**2.000.000**	**3.520.352**
01	*Matérias-primas e subsidiárias*	-	-	-	-	-
02	*Mercadorias para venda*	-	-	-	-	-
03	*Vestuário e artigos pessoais*	-	-	-	-	-
04	*Bens públicos*	-	-	-	-	-
05	*Alimentação*	-	-	*8.276*	-	*8.276*

06	*Material médico e hospitalar*	-	-	-	-	-
07	*Material escolar*	-	-	-	-	-
08	*Material agrícola*	-	-	-	-	-
09	*Material de escritório*	-	-	*34.254*	-	*34.254*
10	*Combustível*	-	-	*20.250*	-	*20.250*
11	*Produtos químicos*	-	-	*3.770*	-	*3.770*
12	*Peças e ferramentas*	-	-	-	-	-
13	*Prémios, condecorações e ofertas*	-	-	-	-	-
14	*Livros e documentação técnica*	-	-	-	-	-
15	*Outros bens correntes*	-	-	*10.420*	-	*10.420*
16	*Limpeza e segurança*	-	-	*24.000*	-	*24.000*
17	*Manutenção*	-	-	*62.640*	-	*62.640*
18	*Serviços Públicos*	-	-	*40.800*	-	*40.800*
19	*Comunicações*	-	-	*85.020*	-	*85.020*

20	*Transportes*	-	-	*181.344*	-	*181.344*
21	*Catering*	-	-	*23.750*	-	*23.750*
22	*Assistência técnica e conservação*	-	-	-	-	-
23	*Alojamento*	-	-	-	-	-
24	*Ajudas de custo*	-	-	*593.723*	-	*593.723*
25	*Serviços Profissionais*	-	-	*264.700*	-	*264.700*
26	*Representação*	-	-	*20.000*	-	*20.000*
27	*Publicação, cópia e impressão*	-	-	*7.885*	-	*7.885*
28	*Serviços Financeiros*	-	-	*10.000*	*2.000.000*	*2.010.000*
29	*Serviços de Saúde*	-	-	-	-	-
30	*Outros serviços correntes*	-	-	-	-	-
31	*Rendas*	-	-	*129.520*	-	*129.520*
32	*Ativos incorpóreos*	-	-	-	-	-
503	**Transferências Públicas**	**59.898.940**	**111.682.560**	**434.189**	**303.692.545**	**475.708.234**

01	*Transferências correntes para o Setor Público Administrativo*	*2.000.000*	-	*434.189*	-	*2.434.189*
02	*Transferências correntes para sociedades*	-	-	-	-	-
03	*Transferências correntes para famílias*	*12.717.395*	*111.682.560*	-	-	*124.399.955*
04	*Transferências correntes para instituições sem fins lucrativos*	-	-	-	-	-
05	*Transferências correntes para o exterior*	-	-	-	-	-
06	*Juros*	-	-	-	-	-
07	*Impostos*	-	-	-	-	-
08	*Taxas*	-	-	-	-	-
09	*Coimas e outras penalidades*	-	-	-	-	-
10	*Restituições não abatidas na receita*	-	-	-	-	-
11	*Transferências de Capital*	*45.181.545*	-	-	-	*45.181.545*
12	*Ativos Financeiros*	-	-	-	*303.692.545*	*303.692.545*
13	*Passivos Financeiros*	-	-	-	-	-
504	**Capital Menor**	**-**	**-**	**52.957**	**-**	**52.957**

01	*Aquisição de bens de capital móvel*	-	-	*52.957*	-	*52.957*
02	*Aquisição de serviços de capital*	-	-	-	-	-
505	**Capital de Desenvolvimento**	**-**	**-**	**250.000**	**-**	**250.000**
01	*Aquisição de bens de capital fixo*	-	-	*250.000*	-	*250.000*
	TOTAL	**59.898.940**	**111.682.560**	**4.734.189**	**305.692.545**	**482.008.234**
	TOTAL CONSOLIDADO	**12.717.395**	**111.682.560**	**4.300.000**	**305.692.545**	**434.392.500**

Nota: O total consolidado elimina as despesas que consistem em transferências entre regimes, concretamente a transferência de US$47.615.734 do INSS para o FRSS, para não contabilizar essas despesas em duplicado.

Tabela X - Receita do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica

Código	Categoria *Rubrica*	Valor
401	**Impostos e contribuições para a Segurança Social**	**-**
01	*Imposto*	-
02	*Direitos aduaneiros de importação*	-
03	*Contribuições e cotizações para a Segurança Social*	-
402	**Taxas, coimas e outras penalidades**	**168.000**
01	*Taxas*	*161.000*
02	*Coimas e outras penalidades*	*7.000*
403	**Rendimentos**	**67.350**
01	*Rendas*	*17.350*
02	*Ativos incorpóreos*	-
03	*Juros*	*50.000*
04	*Dividendos e participações nos lucros*	-
05	*Outros rendimentos*	-
404	**Transferências**	**10.000.000**
01	*Transferências correntes do Fundo Petrolífero relativas ao Rendimento Sustentável Estimado*	-
02	*Transferências correntes do Setor Público Administrativo*	*10.000.000*

03	*Transferências correntes de sociedades*	-
04	*Transferências correntes das famílias*	-
05	*Transferências correntes de instituições sem fins lucrativos*	-
06	*Transferências do exterior*	-
07	*Outras transferências correntes*	-
08	*Transferências de capital do Fundo Petrolífero acima do Rendimento Sustentável Estimado*	-
09	*Transferências de capital do Setor Público Administrativo*	-
10	*Outras Transferências de capital*	-
405	**Vendas de bens e serviços**	**479.840**
01	*Venda de bens correntes*	*9.840*
02	*Venda de bens de capital*	-
03	*Serviços correntes*	*470.000*
04	*Serviços de capital*	-
406	**Ativos e Passivos Financeiros**	**-**
01	*Ativos financeiros*	-
02	*Passivos financeiros*	-
407	**Reposições não abatidas nos pagamentos**	**-**
408	**Saldo de Gerência**	**51.465.810**
	TOTAL	**62.181.000**

Tabela XI - Despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação orgânica, económica e estruturada por programas

Título *Programas*	Salários e Vencimentos	Bens e Serviços Correntes	Transferências Públicas	Capital Menor	Capital de Desenvolvimento	Total
107: Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	**14.662.131**	**10.125.289**	**4.214.053**	**-**	**7.000.000**	**36.001.473**
Programa 024: Cultura e Património	-	*8.000*	*10.000*	-	-	*18.000*
Programa 028: Desenvolvimento Rural e Urbano	-	*38.022*	-	-	-	*38.022*
Programa 366: Segurança Nacional	-	*32.500*	-	-	-	*32.500*
Programa 392: Acesso à Justiça	-	*400.590*	*1.100.000*	-	-	*1.500.590*
Programa 502: Transportes	-	*146.700*	-	-	-	*146.700*
Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*14.662.131*	*6.325.059*	*1.571.605*	-	-	*22.558.795*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	*7.000*	*67.540*	-	-	*74.540*
Programa 521: Ensino Basico	-	*86.100*	*1.350.508*	-	-	*1.436.608*
Programa 522: Ensino Secundário Geral e Técnico Vocacional	-	*33.100*	*44.000*	-	-	*77.100*
Programa 523: Ensino Recorrente	-	*4.000*	-	-	-	*4.000*

Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	-	*26.225*	-	-	-	*26.225*
Programa 529: Cuidados de Saúde Secundários e Terciários	-	*757.222*	-	-	-	*757.222*
Programa 798: Água e Saneamento	-	*7.250*	-	-	-	*7.250*
Programa 867: Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	-	*1.043.261*	*16.500*	-	*7.000.000*	*8.059.761*
Programa 980: Inclusão Social	-	*232.233*	*52.700*	-	-	*284.933*
Programa 982: Turismo	-	*60.797*	*1.200*	-	-	*61.997*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	*236.872*	-	-	-	*236.872*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	-	*515.445*	-	-	-	*515.445*
Programa A40: Pecuária, Veterinária e Tecnologia	-	*72.720*	-	-	-	*72.720*
Programa A41: Pescas, Aquicultura e Gestão de Recursos Aquáticos	-	*62.793*	-	-	-	*62.793*
Programa A42: Gestão Sustentável dos Recursos Florestais	-	*29.400*	-	-	-	*29.400*
108: Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno	**710.540**	**11.074.212**	**1.362.580**	**-**	**13.032.195**	**26.179.527**
Programa 026: Estradas e Pontes	-	-	-	-	*9.800.000*	*9.800.000*
Programa 314: Bolsas de Estudo	-	*395.002*	*559.980*	-	-	*954.982*

Programa 510: Funcionamento e Desenvolvimento Institucional	*710.540*	*391.600*	*200.000*	-		*1.302.140*
Programa 520: Educação Pré-escolar	-	-	-	-	*70.000*	*70.000*
Programa 521: Ensino Básico	-	-	-	-	*180.000*	*180.000*
Programa 528: Cuidados de Saúde Primários	-	-	-	-	*200.000*	*200.000*
Programa 798: Água e Saneamento	-	-	-	-	*655.000*	*655.000*
Programa 802: Eletricidade	-	*8.503.543*	-	-	-	*8.503.543*
Programa 809: Aeroporto	-	*1.784.067*	*602.600*	-	*500.000*	*2.886.667*
Programa 867: Desenvolvimento e Reforço de Zonas com Tratamento Administrativo e Económico Especial	-	-	-	-	*370.000*	*370.000*
Programa 874: Portos	-	-	-	-	*70.000*	*70.000*
Programa 982: Turismo	-	-	-	-	*15.000*	*15.000*
Programa 983: Investimento e Diversificação Económica	-	-	-	-	*202.195*	*202.195*
Programa A39: Agricultura, Horticultura, Café e Plantas Industriais e Anuais	-	-	-	-	*970.000*	*970.000*
TOTAL	**15.372.671**	**21.199.501**	**5.576.633**	**-**	**20.032.195**	**62.181.000**

Tabela XII - Despesa do subsetor da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, por classificação económica

Código	CATEGORIA *Rubrica*	Valor
501	**Salários e Vencimentos**	**15.372.671**
01	*Salário e abonos regulares e permanentes*	*13.522.561*
02	*Abonos variáveis e eventuais*	*1.181.913*
03	*Contribuição para a Segurança Social como entidade empregadora*	*668.197*
04	*Outras despesas com pessoal*	-
502	**Bens e Serviços Correntes**	**21.199.501**
01	*Matérias-Primas e subsidiárias*	*9.700*
02	*Mercadorias para venda*	*80.000*
03	*Vestuário e artigos pessoais*	*265.400*
04	*Bens públicos*	*23.311*
05	*Alimentação*	*525.430*
06	*Material médico e hospitalar*	*646.170*
07	*Material escolar*	-
08	*Material agrícola*	*78.950*
09	*Material de escritório*	*597.804*
10	*Combustível*	*7.434.681*
11	*Produtos químicos*	*12.500*
12	*Peças e ferramentas*	*462.000*
13	*Prémios, condecorações e ofertas*	*120.690*

14	*Livros e documentação técnica*	*20.100*
15	*Outros bens correntes*	*752.797*
16	*Limpeza e segurança*	*2.225.257*
17	*Manutenção*	*1.766.740*
18	*Serviços públicos*	*1.712.000*
19	*Comunicações*	*277.749*
20	*Transportes*	*408.645*
21	*Catering*	*333.943*
22	*Assistência técnica e conservação*	*70.000*
23	*Alojamento*	*365.890*
24	*Ajudas de custo*	*809.245*
25	*Serviços profissionais*	*1.665.154*
26	*Representação*	*37.150*
27	*Publicação, cópia e impressão*	*111.680*
28	*Serviços financeiros*	*1.000*
29	*Serviços de saúde*	*12.000*
30	*Outros serviços correntes*	*203.600*
31	*Rendas*	*169.915*
32	*Ativos incorpóreos*	-
503	**Transferências Públicas**	**5.576.633**
01	*Transferências correntes para o Setor Público Administrativo*	*200.000*
02	*Transferências correntes para sociedades*	-

03	*Transferências correntes para famílias*	*1.326.985*
04	*Transferências correntes para instituições sem fins lucrativos*	*2.947.048*
05	*Transferências correntes para o exterior*	*2.600*
06	*Juros*	-
07	*Impostos*	-
08	*Taxas*	-
09	*Coimas e outras penalidades*	-
10	*Restituições não abatidas na receita*	-
11	*Transferências de capital*	*1.100.000*
12	*Ativos financeiros*	-
13	*Passivos financeiros*	-
504	**Capital Menor**	-
01	*Aquisição de bens de capital móvel*	-
02	*Aquisição de serviços de capital*	-
505	**Capital de Desenvolvimento**	**20.032.195**
01	*Aquisição de bens de capital fixo*	*20.032.195*
	TOTAL	**62.181.000**

A DiPLEN
Para registar, numerar e elaborar a nota de aquisibilidade até 3 de Outubro de 2024
1-10-24

PARLAMENTO NACIONAL
Gabinete da Presidente
RECEBIDO
Data 1 10 24
16:44
982

PRIMEIRO-MINISTRO

N.º 193/PM-GPM/X/2024
Díli, 01 de outubro de 2024

Assunto: Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025

Excelência,

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 115.º e no n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, e para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto, e pela Lei n.º 21/2023, de 27 de dezembro, venho por este meio, em nome do IX Governo Constitucional, apresentar a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025, aprovada na reunião do Conselho de Ministros do dia 30 de setembro de 2024, acompanhada, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º, dos artigos 41.º a 43.º e do n.º 1 do artigo 47.º da referida Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, pelo Relatório, pelos Desenvolvimentos Orçamentais e pelos Elementos Informativos.

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 segue o lema "*Investimento em Infraestruturas Estratégicas, Reforço da Economia e Melhoria do Bem-Estar dos Cidadãos*".

Remeto, ainda, nos termos previstos nas alíneas a), b) e c) do artigo 8.º e nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro e pela Lei n.º 2/2022, de orçamental de fevereiro, os seguintes documentos: (i) o Relatório com a estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental no qual a transferência é feita (2025) e para o ano orçamental anterior (2024); (ii) o Relatório do Auditor Independente de certificação do montante da estimativa do Rendimento Sustentável Estimado; (iii) o Relatório com a estimativa do montante em que ficará reduzido o Rendimento Sustentável Estimado dos exercícios orçamentais subsequentes, por força da transferência do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado; (iv) o Relatório do Auditor Independente que certifica as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado; e, (v) a justificação sobre os motivos que levam a considerar como sendo no interesse de Timor-Leste, a longo prazo, que se efetue uma transferência em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero.

Queira aceitar, Senhora Presidente, os meus mais respeitosos cumprimentos.

Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro

Sua Excelência,
Maria Fernanda Lay
Presidente do Parlamento Nacional

PRIMEIRO-MINISTRO

Sua Excelência,
Maria Fernanda Lay
Presidente do Parlamento Nacional

Díli, 01 de outubro de 2024

Assunto: Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 e justificação da realização de uma transferência do Fundo Petrolífero em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado

Excelência,

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República e para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública, alterada pela Lei n.º 17/2023, de 29 de agosto, e pela Lei n.º 21/2023, de 27 de dezembro, venho por este meio, em nome do IX Governo Constitucional, apresentar a Vossa Excelência a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025, acompanhada, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º, dos artigos 41.º a 43.º e do n.º 1 do artigo 47.º da referida Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, pelo Relatório, pelos Desenvolvimentos Orçamentais e pelos Elementos Informativos.

Adicionalmente, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, e no n.º 4 do artigo 43.º da Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresento igualmente a Vossa Excelência a justificação sobre os motivos que levam a considerar como sendo no interesse de Timor-Leste, a longo prazo, que se efetue uma transferência em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado do Fundo Petrolífero, juntamente com os demais documentos previstos na Lei do Fundo Petrolífero.

Excelência,

A Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 define as prioridades governamentais para 2025, sob o lema "*Investimento em Infraestruturas Estratégicas, Reforço da Economia e Melhoria do Bem-Estar dos Cidadãos*".

O Governo prevê que o valor das transferências do Fundo Petrolífero em 2025 não exceda o montante de US$1.561.073.539,00, sendo a transferência de US$551.949.714,00 correspondente ao Rendimento Sustentável Estimado, e o montante de US$1.009.123.825,00 superior do Rendimento Sustentável Estimado.

PRIMEIRO-MINISTRO

O Orçamento Geral do Estado para 2025 dá continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Governo desde que iniciou funções, assegurando o investimento em infraestruturas estratégicas, crescimento económico e iniciativas destinadas a melhorar o bem-estar dos cidadãos timorenses, com vista a alcançar os objetivos estratégicos definidos no Programa do IX Governo Constitucional: 1) Reafirmar o Estado de Direito Democrático; 2) Investir no Desenvolvimento do Capital Social; 3) Prosseguir com o Desenvolvimento das Infraestruturas Essenciais; 4) Promover o Desenvolvimento da Economia; 5) Prosseguir na Consolidação Governativa; e 6) Promover a Boa Governação e o Combate à Corrupção.

O Governo está comprometido com a prossecução destes objetivos e dos objetivos definidos no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, considerando também as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do país, reduzir a pobreza e melhorar o nível de vida do povo de Timor-Leste, garantindo que o desenvolvimento do país se faz sentir na esfera de todos os cidadãos, e que ninguém fica para trás.

Com esta finalidade, o Governo definiu as prioridades e medidas fundamentais nestas três grandes áreas, refletidas na proposta do Orçamento.

O investimento em infraestruturas estratégicas passa pela construção de uma rede moderna de estradas, pontes, aeroportos, telecomunicações e sistemas de energia. Destaca-se a atribuição de uma dotação orçamental de US$ 227,3 milhões no Programa Estradas e Pontes, a alocação de US$ 29,6 milhões do Fundo das Infraestruturas para o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária, mormente o Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, a alocação de US$ 2,5 milhões do Fundo das Infraestruturas para o Projeto de Instalação de Fibra Ótica que irá permitir, a partir de 2025, o fornecimento de internet de alta velocidade no país, e US$ 5 milhões para a gestão da fibra ótica, e do montante de US$ 12,2 milhões para a expansão da rede elétrica, nomeadamente em áreas que permanecem sem ligação à rede nacional.

Com vista à promoção do crescimento económico, diversificação da economia e criação de emprego, será feito um investimento estratégico em setores críticos, como petróleo e minerais, agricultura, comércio e indústria, emprego, turismo e desenvolvimento do capital humano. No setor do petróleo e recursos minerais, o Governo alocou US$ 40,5 milhões do Fundo das Infraestruturas para o programa de Gestão de Petróleo e Recursos Minerais, e, no âmbito do projeto *Greater Sunrise*, projeto fundamental para o país, uma verba de US$ 12 milhões.

Adicionalmente, é alocada uma verba de US$ 4,6 milhões do Fundo das Infraestruturas no programa de Investimento e Diversificação Económica para fortalecer o setor do comércio e indústria, uma verba de US$ 40,8 milhões para dinamizar os setores agrícola, pesqueiro, pecuário e florestal, uma verba de US$ 1,98 milhões do Fundo das Infraestruturas, para fortalecer o setor do turismo e de US$ 4,8 milhões para o Programa do Turismo, como um dos principais motores da diversificação económica, e uma dotação de US$ 23,3 milhões para o desenvolvimento do mercado de trabalho, criação de empregos, investimento em formação profissional e apoio à incubação de empresas. Em conformidade com o compromisso do Governo com a necessidade de adaptação às alterações climáticas, o investimento nestes setores considera a promoção da resiliência climática.

Constituindo a melhoria do bem-estar dos cidadãos a prioridade máxima do Governo, a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2025 concretiza o compromisso com o desenvolvimento do capital humano, através de iniciativas que reforçam os sistemas de proteção social, dos serviços de saúde, da educação e dos serviços públicos. É alocada uma verba de US$ 17,2 milhões para o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, uma verba de aproximadamente US$ 406 milhões para apoiar a sociedade civil, a saúde e os serviços sociais, uma verba de US$ 145,8 milhões para o setor da educação e formação, uma dotação de aproximadamente US$ 99,2 milhões para o setor da saúde e, por fim, para iniciativas de água, saneamento e higiene em vários municípios, para promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, reduzir os riscos para a saúde pública e proteger o ambiente, uma verba de US$ 26 milhões. O Governo está, também, empenhado em prosseguir com a descentralização, reforma estrutural que permitirá complementar o programa de desenvolvimento rural e urbano, e o desenvolvimento equilibrado de todos os municípios e regiões do país.

Excelência,

O Fundo Petrolífero foi constituído para assegurar a utilização equilibrada dos recursos do país, exigindo a lei que, para além de uma gestão transparente e rigorosa, as transferências que excedam o Rendimento Sustentável Estimado para financiar o Orçamento Geral do Estado têm de ser do interesse do país a longo prazo.

Os investimentos e medidas estratégicos que constam da Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 constituem passos decisivos para o desenvolvimento do país a longo prazo e para a melhoria do bem-estar e condições de vida do povo timorense. São fundamentais não apenas para satisfazer as necessidades da geração atual, mas também para criar uma base sustentável que permita satisfazer as necessidades das gerações vindouras.

PRIMEIRO-MINISTRO

A sua implementação torna, pois, necessário recorrer a uma transferência do Fundo Petrolífero superior ao Rendimento Sustentável Estimado.

Esta transferência não se destina a suportar despesas correntes relacionadas com o funcionamento da administração do Estado, mas, pelo contrário, destina-se a financiar os investimentos estratégicos, fundamentais e imprescindíveis, que constituem o pilar para o desenvolvimento sustentável do país a longo prazo.

Pelo exposto, com base nos fundamentos apresentados, submete-se à consideração do Parlamento Nacional a aprovação de uma transferência do Fundo Petrolífero em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado.

Neste sentido, apresento, a Vossa Excelência, para efeitos de apreciação deste pedido, o Relatório com a estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental no qual a transferência é feita (2025) e para o ano orçamental anterior (2024), o Relatório do auditor independente certificando o montante da estimativa do Rendimento Sustentável, o Relatório com a estimativa do montante em que ficará reduzido o Rendimento Sustentável Estimado dos exercícios orçamentais subsequentes, por força da transferência a partir do Fundo Petrolífero de montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado e o Relatório do Auditor Independente que certifica as estimativas de redução do Rendimento Sustentável Estimado, exigidos pelas alíneas a), b) e c) do artigo 8.º e pelas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero.

Queira aceitar, Senhora Presidente, os meus mais respeitosos cumprimentos.

Kay Rala Xanana Gusmão

Primeiro-Ministro

No.:396/GMdF/IX/2024-09

Díli, 30 de setembro de 2024

Excelentíssimo

Senhor Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

Assunto: **Estimativa do montante em que ficará reduzido o Rendimento Sustentável Estimado nos exercícios orçamentais subsequentes**

Excelência,

Nos termos previstos na alínea b) do artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, e alterada pela Lei nº 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresenta-se *infra* a redução do Rendimento Sustentável Estimado para os anos orçamentais a partir de 2025, em resultado da inscrição na proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2025 de uma transferência do Fundo Petrolífero no valor de US$1.561.073.539, montante que excede o valor do Rendimento Sustentável Estimado:

Ano orçamental	Valor do RSE nos anos orçamentais subsequentes ao Ano Orçamental, caso em 2025 seja feito um levantamento superior ao RSE	Valor do RSE nos anos orçamentais subsequentes ao Ano Orçamental, caso em 2025 seja feito um levantamento igual ao RSE	Redução do RSE
2026	528.175.469	559.109.543	(30.934.074)
2027	535.027.122	566.362.459	(31.335.337)
2028	541.967.250	573.709.054	(31.741.804)
2029	548.997.402	581.150.947	(32.153.545)
2030	556.118.746	588.689.372	(32.570.626)
2031	563.332.465	596.325.582	(32.993.117)
2032	570.639.757	604.060.846	(33.421.089)
2033	578.041.836	611.896.448	(33.854.612)
2034	585.539.931	619.833.690	(34.293.759)
2035	593.135.288	627.873.890	(34.738.602)

Os cálculos foram realizados por técnicos especialistas do Ministério das Finanças, com base nas regras definidas no Anexo 1 à Lei do Fundo Petrolífero.

De acordo com a alínea c) do n.º 1 artigo 9.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar as estimativas da redução do Rendimento Sustentável Estimado, pelo que se junta, em anexo, o relatório de certificação emitido em 30 de setembro de 2024.

Sem mais assunto de momento, aceite os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,

A Ministra das Finanças

MINISTRA DAS FINANÇAS

Santina J. R. F. Viegas Cardoso

Ernst & Young
11 Mounts Bay Road
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Building a better working world

Ms. Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Dili, República Democrática de Timor-Leste

30 de setembro de 2024

Relatório de Conclusões Factuais para o Ministro das Finanças da República Democrática de Timor-Leste relativas à redução estimada no Rendimento Sustentável Estimado (RSE)

Escopo e propósito

Efetuámos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com o Ministério das Finanças da República Democrática de Timor-Leste ("Ministério das Finanças") (a "Parte Contratante"), com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025 em conformidade com a alínea c) do artigo 9.º da Lei n.º 9/2005 do Fundo Petrolífero, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, o Orçamento Geral do Estado e o Regime de Gestão das Finanças Públicas ("Lei"). Os relatório de conclusões factuais pode não ser adequado para outro propósito.

Restrições ao uso

O presente relatório destina-se exclusivamente ao uso da parte contratante e não se destina a ser e não deve ser usado por outras partes.

Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, por qualquer perda ou responsabilidade que esses terceiros possam sofrer ou incorrer, decorrente de ou relacionada com ou de qualquer forma ligada com o conteúdo do nosso relatório, da entrega do nosso relatório a terceiros ou a confiança que terceiros depositem no nosso relatório.

Responsabilidades da parte contratante

A parte contratante reconheceu que os procedimentos acordados são apropriados para o propósito do nosso trabalho.

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Building a better working world

Responsabilidades do EY

Nós executamos os procedimentos acordados em conformidade com a Norma Internacional de Serviços Relacionados (ISRS) 4400, Trabalhos para Executar Procedimentos Acordados com Respeito a Informação Financeira. Um trabalho de procedimentos acordados consiste em executar os procedimentos acordados com a parte contratante, e reportar as conclusões, que são os resultados factuais dos procedimentos acordados. Não expressamos qualquer representação sobre a adequação ou a suficiência dos procedimentos acordados descritos abaixo seja para o propósito para o qual este relatório foi solicitado ou para qualquer outro propósito.

O presente trabalho de procedimentos acordados não é uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião ou uma conclusão de segurança razoável. Caso tivéssemos efetuado procedimentos adicionais, outras matérias poderiam ter chegado ao nosso conhecimento que seriam reportadas a V. Exas.

Nossa independência e gestão de qualidade

Ao realizar o trabalho de procedimentos acordados, cumprimos com os requisitos de ética no Código de Ética para Contadores Profissionais emitido pelo Conselho Internacional de Normas de Ética para Contadores (Código de Ética). Não precisamos ser independentes para os fins deste trabalho. No entanto, cumprimos os requisitos de independência do Código de Ética que se aplicam a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditoria financeira ou trabalhos de revisão.

A EY aplica a Norma Internacional de Gestão da Qualidade 1, que exige que concebamos, implementemos e operemos um sistema de gestão da qualidade, incluindo políticas ou procedimentos relativos ao cumprimento de requisitos éticos, padrões profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados.

Executamos os procedimentos descritos abaixo, que foram acordados com a parte contratante sobre o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025.

Nossos procedimentos e conclusões factuais

Os procedimentos foram efetuados exclusivamente com o objetivo de auxiliar o Ministério das Finanças a avaliar a exatidão do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. Os procedimentos efetuados e as conclusões factuais são como segue:

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Building a better working world

Procedimentos efetuados	Conclusões factuais
1. Obtenção dos cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE(Nota 1) será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.	Obtivemos os cálculos subjacentes ao apuramento do montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, os quais suportaram o relatório ao Governo elaborado nos termos da alínea b) do artigo 9.1.º da Lei.
2. Resumo do montante pelo qual o RSE será reduzido para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero, em resultado dos cálculos obtidos no procedimento 1.	Resumimos, no Apêndice A, o montante pelo qual o RSE será reduzido, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, em resultado dos cálculos obtidos no procedimento 1.
3. Conciliação da metodologia subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 30 de setembro de 2024. Reporte de quaisquer exceções encontradas.	A metodologia de cálculo subjacente aos cálculos obtidos no procedimento 1 estão em conformidade com a metodologia adotada no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, de acordo como os parágrafos II e III do Anexo I da Lei previamente obtido pela EY como parte do trabalho de garantia de fiabilidade cujo respetivo relatório foi emitido em 30 de setembro de 2024. Não foram identificadas quaisquer exceções.
4. Obtenção do valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, que consiste num valor em excesso do RSE calculado pelo Ministério das Finanças para efeitos do Orçamento do Ano Fiscal de 2025 e reconciliação do valor com o cálculo obtido no procedimento 1.	Obtivemos do Ministério das Finanças o valor proposto da transferência do Fundo Petrolífero, o qual ascende a 1.561.073.539 de dólares americanos. Conciliámos o valor da transferência proposta, no montante de 1.561.073.539 de dólares americanos, com os cálculos obtidos no procedimento 1.
5. Recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025.	Efetuámos o recálculo do montante da redução no RSE, para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da transferência proposta pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. Não foram identificadas quaisquer exceções.

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Building a better working world

Note 1 – o RSE para um determinado ano fiscal é calculado como 3% do valor total estimado do Fundo Petrolífero no final do ano fiscal anterior adicionado do valor presente dos "recebimentos das futuras receitas de petróleo" com base numa taxa de desconto igual à taxa de retorno do investimento futuro do Fundo Petrolífero. Com a término do Acordo de Partilha de Produção do campo Bayu-Undan, os recebimentos das futuras receitas de petróleo foram estimados em 35,3 milhões de dólares e 60,8 milhões de dólares americanos para o ano findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2026, respectivamente. O ESI apurado para o período que terminará a 31 de dezembro de 2025 ascende a 551.949.714 dólares americanos.

Ernst & Young

Ernst & Young
Perth
30 de setembro de 2024

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Building a better working world

Apêndice A

A tabela abaixo resume a redução ao RSE para os anos a findar em 31 de dezembro de 2026 até 31 de dezembro de 2035, em resultado da proposta transferência pelo Fundo Petrolífero de um valor em excesso do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025.

RSE para os anos fiscais de 2026 a 2035 assumindo:

	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2025 no valor de 1.561.073.539 de dólares americanos	A proposta de transferências do Fundo Petrolífero em 2025 no valor de 551.949.714 de dólares americanos	Redução do RSE
Ano fiscal	de dólares americanos	de dólares americanos	de dólares americanos
31 de dezembro de 2026	528.175.469	559.109.543	(30.934.074)
31 de dezembro de 2027	535.027.122	566.362.459	(31.335.337)
31 de dezembro de 2028	541.967.250	573.709.054	(31.741.804)
31 de dezembro de 2029	548.997.402	581.150.947	(32.153.545)
31 de dezembro de 2030	556.118.746	588.689.372	(32.570.626)
31 de dezembro de 2031	563.332.465	596.325.582	(32.993.117)
31 de dezembro de 2032	570.639.757	604.060.846	(33.421.089)
31 de dezembro de 2033	578.041.836	611.896.448	(33.854.612)
31 de dezembro de 2034	585.539.931	619.833.690	(34.293.759)
31 de dezembro de 2035	593.135.288	627.873.890	(34.738.602)

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

No.:397 /GMdF/IX/2024-09

Díli, 30 de setembro de 2024

Excelentíssimo

Senhor Primeiro-Ministro

Kay Rala Xanana Gusmão

Excelência,

Nos termos previstos nas alíneas a) e b) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, aprovada pela Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, apresenta-se *infra* o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano orçamental de 2025, ano no qual a transferência é feita, bem como para o ano orçamental precedente de 2025.

Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental de 2025	Montante (US Dólares) 551.949.714,00
Estimativa do Rendimento Sustentável para o ano orçamental precedente (2024)	Montante (US Dólares) 522.092.899,00

O Rendimento Sustentável Estimado é calculado segundo as regras definidas no Anexo I da Lei do Fundo Petrolífero.

A análise da metodologia na qual se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado é incluída no Relatório da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2025.

De acordo com a alínea c) do artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado, pelo que se junta, em anexo, o relatório de certificação emitido em 30 de setembro de 2024.

Sem mais assunto de momento, aceite os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Com os melhores cumprimentos,

A Ministra das Finanças

Santina J. R. F. Viegas Cardoso

Ernst & Young
11 Mounts Bay Road
Perth WA 6000 Australia
GPO Box M939 Perth WA 6843

Tel: +61 8 9429 2222
Fax: +61 8 9429 2436
ey.com/au

Building a better working world

Ms. Santina J.R.F. Viegas Cardoso
Ministro das Finanças
Torre do Ministério das Finanças, 10.º andar
Aitarak Laran
Díli, Timor-Leste

30 September 2024

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA DE FIABILIDADE SOBRE O CÁLCULO DO RENDIMENTO SUSTENTÁVEL ESTIMADO ("RSE")

Âmbito

Fomos contratados pelo Ministro das Finanças da Republica Democrática de Timor Leste ("Ministério das Finanças") em conformidade com a alínea c) do Artigo 8.º da Lei n.º 9/2005, de 3 de agosto, Lei do Fundo Petrolífero, alterada pela Lei n.º 12/2011, de 28 de setembro, e pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro, ("a Lei") para a realização de um trabalho de segurança razoável conforme definido nas Normas Internacionais de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, de ora em diante referido como o trabalho, em relação ao cumprimento pelo Ministério das Finanças, em todos os aspetos materiais, com os requisitos para o cálculo do Rendimento Sustentável Estimado ("RSE"), de acordo com os parágrafos II e III do Anexo I da Lei para o ano a findar em 31 de Dezembro de 2025 ("Anexo I").

Responsabilidades do Ministério das Finanças

O Ministério das Finanças é responsável pelo:

- Cálculo do RSE para o ano fiscal a findar em 31 de dezembro de 2025 em cumprimento com os requisitos estipulados no Anexo I da Lei.
- Confirmar que a mensuração e avaliação dos pressupostos subjacentes que suportam o cálculo cumprem com os requisitos dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei e que todas as matérias relevantes são refletidas no cálculo do RSE.
- Desenho, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, manutenção de registos e efetuar as estimativas que sejam relevantes para o cálculo do RSE de acordo com o Anexo I da Lei, livre de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades da EY

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do RSE para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025, com base no trabalho realizado e na evidencia obtida.

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e pelos termos de referência acordados com o Ministério das Finanças para a realização deste trabalho em 20 de setembro de 2024. Esta Norma exige que o

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Building a better working world

trabalho seja planeado e executado para obter uma garantia razoável de fiabilidade de que o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei, no cálculo do cálculo do Rendimento Sustentável Estimado ("RSE") para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2025, e para emitir o nosso relatório. A natureza, o tempo e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material no cálculo do RSE, quer devido a fraude ou a erro.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base razoável para a nossa opinião.

Gestão de Qualidade e independência

Mantivemos a nossa independência e confirmamos que cumprimos com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e que temos as competências e a experiência necessárias para executar este trabalho.

Aplicamos igualmente a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1, Gestão da Qualidade para Firmas que Executem Auditorias ou Revisões de Demonstrações Financeiras, ou Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade ou Serviços Relacionados e, como tal, projetamos, implementamos e operamos um sistema de gestão da qualidade incluindo políticas ou procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Descrição dos procedimentos realizados

Os nossos procedimentos incluíram:

- A realização de entrevistas ao pessoal-chave para entendimento do processo de reporte do RSE, incluindo o processo de obter e preparar a informação para o cálculo do RSE.
- A verificação se os critérios de cálculo foram corretamente aplicados de acordo com as metodologias descritas nos parágrafos II e III do Anexo 1 da Lei;
- A confirmação, com base numa amostra, que os dados usados para o cálculo do RSE estão de acordo com os da base de dados (ver limitação);
- A verificação das fórmulas usadas no cálculo do RSE e dos mapas de suporte;
- A realização de procedimentos de revisão analítica para apoiar na verificação da razoabilidade dos dados usados para calcular o RSE.

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation

Building a better working world

Ênfase - Limitaçõe inerente

O Ministério das Finanças prepara o cálculo do RSE com base nos pressupostos subjacentes de acordo com as disposições dos parágrafos IV e V do Anexo I da Lei. Alguns desses pressupostos têm por base informação previsional fornecida ou obtida junto de terceiros (por exemplo, produção real e prevista e custos reais e orçamentados, através da informação fornecida pelo operador de joint ventures Bayu-Undan field através da Autoridade Nacional do Petróleo de Timor-Leste e a taxa de retorno de longo prazo do Fundo Petrolífero, fornecida por consultores de investimentos independentes) e o nosso trabalho não inclui a verificação da exatidão, plenitude ou validade das informações obtidas de terceiras entidades.

Segurança razoável significa um nível de segurança elevado, mas não absoluto. A segurança absoluta é raramente alcançável como resultado de fatores tais como: o uso de testes seletivos, as limitações inerentes ao controlo interno, o facto de que muitas das evidências que nos foram disponibilizadas serem persuasivas e não conclusivas, e o uso de julgamento profissional na recolha e avaliação de provas e na formação das nossas conclusões com base nessas provas.

Opinião

Em nossa opinião, o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. O cálculo apresenta um Rendimento Sustentável Estimado de 551.949.714 de dólares americanos.

Restrições de uso

A informação contida neste relatório é unicamente para uso do Ministério das Finanças, de acordo com a carta compromisso datada de 20 de setembro de 2024, com o objetivo de expressar uma opinião se o Ministério das Finanças cumpriu, em todos os aspetos materiais, com os requisitos dos parágrafos II e III do Anexo I da Lei no cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o ano a findar em 31 de dezembro de 2025. Renunciamos a qualquer responsabilidade perante terceiros, para além do Ministério das Finanças, por qualquer fiabilidade neste relatório, ou para qualquer propósito diferente daquele para o qual foi preparado.

Ernst & Young

Ernst & Young
Perth
Australia

A member firm of Ernst & Young Global Limited
Liability limited by a scheme approved under Professional Standards Legislation